Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 1

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 5

5.3 - Descrição - Controles Internos 7

5.4 - Alterações significativas 18

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 20

10.2 - Resultado operacional e financeiro 46

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 49

10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 50

10.5 - Políticas contábeis críticas 51

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 53

10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 54

10.8 - Plano de Negócios 55

10.9 - Outros fatores com influência relevante 57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Para implantar a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, efetivou-se em 2016 o processo para contratação de empresa especializada para implantação do Gerenciamento de Riscos Corporativos na Sanepar, com base na metodologia do COSO II – Enterprise Risk Management(ERM), de modo a incorporar a gestão de riscos em todas as instâncias decisórias da Companhia.

Desde o ano de 2014, a SANEPAR conta com a Política de Gestão de Riscos Ambientais, fundamentada nas diretrizes da NBR ISO 31.000:2009. A escolha por essa metodologia deu-se pela integração entre a referida norma e as certificações externas que a empresa possui, sendo a ISO 14.001 desde o ano de 1999 em Foz do Iguaçu e a ISO 9.001 desde o ano de 2003 em Campo Largo e 2005 em Londrina.

Ainda, a Sanepar desenvolveu durante o ano de 2016 a Política de Gestão de Riscos Financeiros com o objetivo de apresentar e formalizar o projeto de implantação da gestão de riscos, tesouraria e mercado da SANEPAR, em conformidade com as melhores práticas de mercado, nacionais e internacionais, e de forma coerente com os padrões definidos por órgãos reguladores.

Ademais, em 07 de novembro de 2017 a SANEPAR implantou a Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, com o objetivo de instituir diretrizes e competências para o gerenciamento de riscos para a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos da SANEPAR; incorporar a visão de riscos à tomada de decisões da SANEPAR; e promover uma linguagem comum de gerenciamento de riscos, de modo a difundir o conhecimento de gestão de risco.

A política pode ser acessada no portal da transparência da SANEPAR:
http://site.sanepar.com.br/investidores/governanca-corporativa/politicas

b. Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

Dentro do escopo de licitação, a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos buscada prevê a gestão integrada de riscos (ERM) que deve alinhar e integrar os principais direcionadores de negócio de forma a permitir que os objetivos empresariais sejam alcançados, com os benefícios de:

a) Melhoria da Reputação, Imagem e Marca
- demonstrar excelência em governança corporativa.
- melhorar relacionamento com stakeholders.
- conduzir práticas avançadas de gestão de riscos.

b) Melhoria na Gestão de Ativos e de Capital
- otimização dos ativos.
- otimizar a estrutura de gerenciamento de capital.
- alinhamento regulatório.

c) Aumento de Lucros e Margem Operacional
- aumento da margem bruta.
- aumento da margem operacional.
- aumento do lucro líquido.
- aumento na geração de caixa (EBITDA).

d) Crescimento de Receita e Participação de Mercado
- implementar novas estratégias e desenvolvimento de produtos e serviços.
- aperfeiçoar produtos e serviços existentes.
- gerenciamento e aquisições de novos sistemas.
- conquistar clientes.

Quanto à Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, são diretrizes do gerenciamento dos riscos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Implementar a área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, vinculada ao diretor presidente e liderada por diretor estatutário, devendo o Estatuto Social prever as atribuições da área, bem como estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente, consoante estabelece o parágrafo 2º, artigo 9º da Lei 13.303/2016;
- A prática do gerenciamento de riscos deve considerar os aspectos quanto à missão, visão e valores da Companhia, visando viabilizar a compreensão da gestão de riscos por todos os empregados;
- O Conselho de Administração e Diretoria Executiva devem promover a gestão de riscos em todos os níveis hierárquicos e áreas de atuação da Companhia, assegurar a aplicação das diretrizes e a aderência aos procedimentos de gerenciamento de riscos;
- O gerenciamento de riscos deve se fazer presente em todos os processos de gestão, controles internos e auditoria interna, promovendo a identificação antecipada dos riscos e a gestão tempestiva dos mesmos;
- Os riscos identificados devem ser analisados, classificados, priorizados e sua resposta definida;
- Para os riscos priorizados deve-se nomear Donos de Riscos, definir planos de ação e contingência, bem como realizar o seu monitoramento;
- A melhoria contínua do processo de gerenciamento de riscos deve ser promovida através de ciclos de avaliação e revisões independentes, com periodicidade anual, de modo a assegurar a eficácia do gerenciamento e do monitoramento dos riscos.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta a riscos decorrentes das atividades de seu negócio, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações nas taxas de juros (risco de mercado), além de: Risco de Negócio, Risco de Crédito, Risco de Concessão, Risco de Liquidez, Risco Regulatório, demais riscos do macroambiente (variações cambiais, instabilidade econômica, política e social; regulamentações trabalhistas, escassez e racionamento de água e energia; políticas fiscais, etc).

A Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos prioriza os seguintes riscos: redução de receita; não renovação ou perda de contratos de programa; não cumprimento das leis e responsabilidades ambientais; não execução do plano de investimentos; falha no posicionamento perante a sociedade do propósito da Sanepar e; desequilíbrio econômico/financeiro frente aos contratos de programa.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Na Sanepar os riscos são acompanhados por meio de técnicas e mecanismos consolidados nas áreas que, apesar de eficientes, não integram uma estrutura de governança alinhada e integrada, o que justifica os esforços envidados em 2016 para a contratação da Implementação de Gerenciamentos de Riscos Corporativos na empresa.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, o processo de gerenciamento de riscos está baseado na captura de riscos associados ao planejamento estratégico, avaliando sua criticidade (impacto e probabilidade), identificação das ações mitigatórias existentes na Companhia, definição de respostas, estabelecimento de planos de ação e de contingência, monitoramento e reporte.

As informações devem ser registradas em uma matriz de riscos, que deve ser revisada anualmente ou a qualquer momento, considerando o rumo dos acontecimentos relacionados aos objetivos estratégicos e a mudança no agravamento do impacto ou probabilidade dos riscos.

O monitoramento contínuo dos riscos utiliza-se de indicadores, os quais devem ser avaliados periodicamente pela Diretoria Executiva e reportados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração sempre que o nível de tolerância aos riscos for atingido.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia constituiu em 2016 uma comissão para fazer o diagnóstico e mapeamento de todos os fóruns descentralizados do controle de riscos existentes na empresa, o que resultou na descrição de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Termo de Referência para a contratação de empresa especializada pela implantação de gerenciamento de riscos. Para mais informações, vide o item 5.5 deste Formulário de Referência.

Os órgãos da administração da Companhia e suas responsabilidades referente à Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos estão descritos a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- Aprovar diretrizes para o processo de gerenciamento de riscos da SANEPAR (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros);
- Definir o perfil de riscos da Companhia;
- Aprovar os níveis de criticidade de riscos, que define as responsabilidades para aprovação e tratamento dos riscos;
- Aprovar o apetite a risco e tolerância;
- Aprovar o plano de trabalho de gerenciamento de riscos;
- Aprovar os riscos priorizados e seus respectivos planos de resposta e contingência;
- Avaliar periodicamente o portfólio dos riscos estratégicos e as ações mitigatórias reportadas pela Diretoria Executiva;
- Acompanhar os resultados do processo e performance de gerenciamento dos riscos.

COMITÊ DE AUDITORIA
- Deliberar sobre diretrizes para o processo de gerenciamento de riscos da SANEPAR (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros);
- Assessorar o Conselho de Administração na definição do apetite a risco aceitável da Companhia;
- Revisar e deliberar sobre o plano de trabalho de gerenciamento de riscos;
- Assessorar o Conselho de Administração na aprovação dos riscos estratégicos a serem priorizados e de seus respectivos planos de ação e contingência;
- Acompanhar e deliberar sobre mudanças na avaliação de criticidade dos riscos;
- Analisar as avaliações independentes anuais do processo de gerenciamento de riscos e reportar os resultados e planos de ação e contingência ao Conselho de Administração.

DIRETORIA EXECUTIVA
- Estabelecer o processo de gerenciamento de riscos da SANEPAR (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros) e garantir que estão alinhadas às práticas da Companhia e às boas práticas de gestão de riscos;
- Deliberar sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos e suas atualizações;
- Revisar e validar o cálculo do apetite a risco;
- Deliberar sobre o plano de trabalho de gerenciamento de riscos e submeter para validação do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração;
- Acompanhar, deliberar e aprovar o portfólio de riscos estratégicos;
- Identificar e definir as respostas aos riscos;
- Apresentar os riscos estratégicos ao Comitê de Auditoria;
- Obter junto ao Conselho de Administração a aprovação dos riscos estratégicos a serem priorizados e de seus respectivos planos de ação e contingência;
- Aprovar os donos dos riscos;
- Avaliar os planos de ação sugeridos pelos donos dos riscos;
- Monitorar as variações de criticidade dos riscos priorizados e reportar variações significativas ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração;
- Promover ciclos de avaliação e revisões independentes ao processo de gerenciamento de riscos (agentes internos ou externos), com periodicidade anual, de modo a assegurar a eficácia do gerenciamento e do monitoramento dos riscos.

GESTÃO DE RISCOS
- Propor diretrizes para o processo de gerenciamento de riscos da SANEPAR (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros);
- Conhecer e transmitir conhecimento sobre riscos e gestão de riscos aos empregados, de modo a difundir conhecimento sobre o gerenciamento de risco;
- Revisar e propor alterações nos procedimentos de gerenciamento de riscos sempre que necessário;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Elaborar e revisar periodicamente o plano de trabalho de gerenciamento de riscos;
- Propor em conjunto com a Diretoria Executiva a régua de impacto e probabilidade e atualizá-la sempre que necessário;
- Propor critérios para mapeamento, avaliação e classificação de riscos;
- Coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos junto aos executivos;
- Estimular as demais áreas da Companhia a gerenciar e assumir riscos, visando o alcance da estratégia e objetivos da Companhia;
- Calcular e atualizar o valor do apetite a risco anualmente ou quando eventos relevantes ocorrerem;
- Atuar em conjunto com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração na discussão sobre a definição do apetite a risco aceitável da Companhia;
- Elaborar, revisar e atualizar o portfólio de riscos sempre que houver atualizações no planejamento estratégico ou quando eventos relevantes ocorrerem;
- Auxiliar na definição dos donos dos riscos;
- Assessorar o dono do risco na definição do plano de ação e de contingência e na criação de indicadores e níveis de exposição dos riscos;
- Acompanhar eventuais mudanças na criticidade dos riscos e reportá-las à Diretoria Executiva;
- Elaborar reporte consolidado ao Conselho de Administração acerca do gerenciamento dos riscos estratégicos e planos de ação e contingência implementados.

DONOS DOS RISCOS
- Elaborar as fichas de riscos e atualizá-las sempre que necessário;
- Desenvolver indicadores para monitorar a variação e os resultados do risco sob sua responsabilidade;
- Implantar ações necessárias para a mitigação dos riscos críticos, juntamente com o envolvimento de outras áreas;
- Realizar periodicamente a revisão técnica do risco, dos seus fatores, da criticidade do risco (impacto versus probabilidade) e da resposta, considerando alterações em ações mitigatórias existentes, conclusão dos planos de ação e de contingência e resultados das avaliações dos processos (ambiente de controle) relacionados ao risco;
- Efetuar reportes periódicos à Gestão de Riscos sobre o acompanhamento do risco sob sua responsabilidade (mudanças significativas na probabilidade e/ou impacto do risco ou em qualquer outra característica e caso identifique riscos não mapeados);
- Efetuar reportes periódicos à Diretoria Executiva sobre o desenvolvimento dos planos de ação para a mitigação dos riscos e dos planos de contingências.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

No escopo de contratação de Gerenciamento de Riscos Corporativos, estão previstas ações de tratamento que compreendam a definição de um Plano de Ação detalhado com identificação clara e precisa dos responsáveis, com prazos e clareza das ações a serem tomadas, executadas ou implantadas; a definição de mecanismos de acompanhamento e monitoramento pela área de gestão de riscos; o desenvolvimento de modelos de fichas de acompanhamento e monitoramento dos riscos críticos (dashboard), alinhando o modelo e layout com os líderes da Sanepar, assim como periodicidade mais adequada para cada riscos, destacando que o acompanhamento dos principais indicadores deverão ser contínuos; deverão ser elencados os indicadores possíveis de serem estruturados e monitorados diretamente nos sistemas corporativos da contratante; avaliar as alternativas de monitoramento e acompanhamento dos riscos não considerados como estratégicos, destacando a possibilidade de uso da técnica de Control Self Assessment - RCSA, assim como o papel da área de auditoria interna e eventuais outras áreas de monitoramento da Companhia sobre os riscos não priorizados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercad

a. política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 30 de setembro de 2017, não existia uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

No entanto, com a mudança no nível de governança corporativa da SANEPAR, uma política de Gerenciamento de Riscos começou a ser estruturada com o objetivo de formalizar a Política de Gestão de Riscos, Tesouraria e Mercado, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

b. objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

i. riscos para os quais se busca proteção:

A Companhia está exposta a riscos de mercado resultantes do curso normal das atividades. No entanto, a Companhia entende que, atualmente, não há necessidade de buscar proteção para riscos de mercado de maneira sistemática, implantando uma política formal de proteção de riscos de mercado.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, taxa de juros e de liquidez.

ii. estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Até a data de 30 de setembro de 2017 não haviam estratégias relacionadas a hedge. A nova política prevê a utilização de hedge como proteção quando exposta aos riscos relacionados à volatilidade das taxas de câmbio.

Iii instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Como citado acima, a nova política de riscos prevê a utilização de hedge como instrumento de proteção patrimonial em casos específicos.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Risco de Negócio

A Companhia está exposta a diversos riscos associados à operação normal para o setor de saneamento básico, porém todos são gerenciados, administrados ou amenizados pela Companhia de forma a não impactar, significativamente o resultado das operações.

Risco de Crédito

Para gerenciamento do risco de crédito, a administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto a Companhia, apesar da prática do corte de abastecimento não ser aplicada ao Poder Público. Caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobranças judiciais.

Risco de liquidez

Para gerenciamento do risco de liquidez a Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos em conformidade com o cronograma de pagamentos, monitorando os prazos de liquidação dos direitos e obrigações de modo a não afetar a liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do cronograma de compromissos, a fim de não serem gerados riscos de liquidez.

Risco de Taxa de Juros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercad

Para o gerenciamento das flutuações na inflação, a Companhia utiliza em seus modelos de projeção, diferentes níveis de inflação no estabelecimento de cenários para o seu desenvolvimento. Para o gerenciamento das taxas de juros e índices de preço, a Companhia sempre que possível utiliza indexadores de baixa volatilidade de modo a poder estimar mais precisamente seus desembolsos futuros.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que não está exposta aos riscos que justificam tais transações.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia até 30 de setembro de 2017 não possuía estrutura organizacional formal de controle de gerenciamento de riscos, no entanto, constituiu uma comissão para a elaboração do mapeamento e monitoramento das ferramentas de controle atualmente existentes. Há mais de dois anos estão sendo implementadas melhorias na área de Controle Interno, as quais já apresentaram significativo aprimoramento em rotinas de trabalho.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme informado na resposta anterior, a Companhia até 30 de setembro de 2017 não possuía estrutura organizacional formal de controle de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

Os controles internos eficazes da Companhia tem o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Todos os controles internos, por mais bem que sejam preparados, tem limitações inerentes.
Assim, mesmo os sistemas avaliados como eficazes podem não impedir ou detectar informações incorretas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, 2015 e, 2014 e no período findo em 30 de setembro de 2017 e com base nesta avaliação, a Administração concluiu que os controles internos relativos à elaboração das demonstrações contábeis são eficazes.

b as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura de controles internos que suportem os principais valores divulgados nas demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – .

Nesse sentido, informamos que na estrutura organizacional da Companhia, a coordenação dos procedimentos de controles internos é de responsabilidade da Gerencia de Controle Interno e Auditoria (GCIA), e tem como objetivo, mapear e monitorar os controles, cuja avaliação da eficácia é realizada pelas equipes de auditores internos nas auditorias de gestão dos processos.

A Gerência de Controle Interno e Auditoria está ligada administrativamente à Diretoria da Companhia por meio da Diretoria da Presidência, bem como está vinculada ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, os quais são responsáveis pelo monitoramento do sistema de controles internos da Companhia.

c se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Este processo é coordenado pela Gerência de Controle Interno e Auditoria (GCIA), órgão que responde diretamente ao Diretor Presidente, com quem reúne-se periodicamente, e a partir de 2017 terá a atribuição de relatar suas atividades ao Comitê de Auditoria.

O controle interno da Sanepar tem o compromisso de salvaguardar os ativos, assegurar a validade e integridade dos dados contábeis, financeiros e operacionais e incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às normas estabelecidas pela alta administração.

A efetividade das atividades do controle interno se destaca com a coordenação e acompanhamento das demandas dos controles externos, bem como atendendo as exigências contidas no artigo 74 da Constituição Federal de 1988.

Cabe ressaltar que, na Sanepar a estrutura de Auditoria Interna é responsável por avaliar e propor adequações dos controles internos, por meio das auditorias de gestão, cuja efetividade é mediante a eficácia e no cumprimento de normas e legislação vigentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A seguir são apresentadas as recomendações sobre os controles internos da Companhia apresentados no relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes da Companhia referente às deficiências nos controles internos classificadas como significativas:

1. Ausência de controles efetivo de cauções contratuais

"Durante o processo licitatório para aquisição de bens e serviços, a Sanepar requer de seus fornecedores cação contratual. Tais valores são depositados pelos fornecedores em conta caução em nome da Sanepar, sendo os mesmos sujeitos a rendimentos atrelado à poupança. Quando o fornecedor cumpre as cláusulas determinadas em contrato, tais valores podem ser resgatados. Caso as cláusulas não sejam cumpridas, os valores ficam retidos.

A Companhia adota como prática registrar os montantes em seu ativo, pelo valor inicial da caução, tendo como contrapartida o passivo, para controle das cauções. Entretanto, a correção dos valores pela poupança não vem sendo registrada pela Sanepar. Além disso, em 2013 a Companhia obteve Parecer emitido por seu departamento jurídico interno nº 2.975/12 e aprovado pela diretoria que permite resgatar os valores que foram aplicados há mais de 23 anos e ainda mantidos em caução, visto que os recursos são de gestão da Sanepar e permanecem em seu nome, ficando com a obrigação de garantir a correção e fazer a devolução quando o titular reunir as condições burocráticas para tal, visto que o montante pertence a terceiro e não há prazo prescricional para o pedido de levantamento.

Como os saldos ativo e passivo não são corrigidos e ainda há possibilidade de que tais valores sejam devolvidos aos fornecedores, o passivo correspondente às cauções resgatadas está subavaliado.

Entendemos que a Sanepar deve aprimorar os controles de gestão do passivo, principalmente dos valores mais antigos, com o detalhe individual por titular, número de contrato, número da licitação para que seja possibilitada a devolução imediata quando solicitada. Assim, recomendamos que a Companhia procure preparar tal controle e realize a correção monetária dos montantes com base nos percentuais da poupança, conforme previsto em lei."

2. Atualização tempestiva das provisões para contingências

"Constatamos que os controles auxiliares de provisão para contingências devem ser aprimorados para refletir nos livros contábeis, tempestivamente, qualquer movimentação nos processos. Em nossa revisão das informações trimestrais referente ao 3° trimestre de 2016 identificamos que um mesmo processo possuía duas classificações bem como dois valores envolvidos. Conforme destacado abaixo:

Número	Ano	Autor (es)	Réu (s)	1º Advogado	Objeto da Ação	Valor R$	Cod. Unid	Unidade	Perdas	Coord.	Pasta	NRJ	Cód. Loc.	Data Ajuiz
5027201-20.2016.4.04.7000	2016	IBAMA - INST BRAS DO MEIO AMBIENTE E DOS REC NAT R	SANEPAR	ANDREI DE OLIVEIRA RECH	MULTA AMBIENTAL - SEM LICENÇA AMBIENTAL PARA OPERAR 89 ETE's	R$40.000.000,00	066	DJ	A	Ambiental	53399	CURITIBA	001	13/09/2016
494120-D	2008	IBAMA - INST BRAS DO MEIO AMBIENTE E DOS REC NAT R	SANEPAR	ANDREI DE OLIVEIRA RECH	AUTOS DE INFRACAO Obs: INSTALAR E FAZER FUNCIONAR	R$10.100.000,00	250	USEG	B	Ambiental	14667	CURITIBA	001	01/12/2008

Em 13 de setembro de 2016 tal auto de infração se tornou uma execução fiscal onde estabeleceu como multa total o valor de R$ 46.905. Neste momento, o departamento jurídico diante da execução fiscal ser uma evolução significativa em relação ao auto de infração, concluiu que a probabilidade de perda é "provável". Por meio de nossos procedimentos, verificamos que a Companhia provisionou R$ 40.000, sob a alegação que o valor remanescente de R$ 6.905 é passível de discussões por parte da Companhia. Considerando que não nos foram apresentadas evidências objetivas que aparassem este entendimento, é entendimento do time de auditoria que o valor a ser provisionado seria de R$ 46.905.

Relativamente à ação movida pelo Condomínio Edifício La Residence de Caíoba que exige a nulidade da cobrança mínima por unidade, nulidade da cobrança de 80% da tarifa de esgoto, devolução de 20% sobre as tarifas sazonais nas faturas do litoral. Devido ao andamento do processo o juiz solicitou que fosse realizado um depósito judicial no montante de R$ 4.030 mil. Dessa forma o processo passou de uma provisão de R$13.548 mil para R$ 17.578 mil. Verificamos que a contabilidade não registrou o ajuste dos valores envolvidos nesse processo, refletindo em um passivo subavaliado no montante de R$ 4.030 mil.

Para a atualização de passivos contingentes, deve-se levar em contas as premissas do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

> *"Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. "*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A atualização tempestiva da provisão para contingências permite à Administração avaliar, no curto prazo, as estimativas de saídas de caixa, o que propicia um acompanhamento mais acurado do passivo da Companhia. Além disso, permite que a análise periódica da situação patrimonial da Companhia seja realizada com saldos contábeis mais fidedignos. Por fim, entendemos que a falta de atualização tempestiva dos saldos, deixa a Companhia descoberta no que tange os princípios de competência.

Diante do exposto, recomendamos que a Companhia revise os controles relativos a atualização mensal dos valores envolvidos nas reclamatórias em que a Sanepar é parte envolvida, permitindo, assim, a realização de análises com base em valores atualizados de perdas prováveis. "

3. Provisão para contingências trabalhistas – passivo superavaliado

"Para os processos cíveis, fiscais e ambientais, a Companhia adota como prática contábil constituir provisão para as causas com risco de perda provável, na avaliação dos assessores jurídicos, conforme disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para as provisões trabalhistas, a Companhia provisiona 100% dos valores reclamados nos processos, sem distinção da probabilidade de perda. Com base no histórico entre os valores efetivamente pagos com os reclamados (os quais tem sido base para os registros contábeis), concluímos de forma estatística e global, que os valores efetivamente pagos, historicamente, são em média inferiores aos reclamados.

Considerando que este é um assunto recorrente na Companhia, fizemos follow-up do assunto no exercício e verificamos que embora a Diretoria concorde com nossas análises e conceitos, as premissas e controles não foram revisadas e alteradas, de forma que o assunto remanesce para 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, concluímos que tal pratica além de refletir em um passivo superavaliado, também está penalizando o seu resultado com um excesso de despesas, pois o montante provisionado se encontra a maior em R$ 32.765 (R$21.176 em 31/12/2015).

Diante do exposto, salientamos a importância de se elaborar uma política formal que atenda a estas considerações básicas referentes a riscos e incertezas, o que certamente vai gerar mais segurança na realização das devidas provisões contingenciais, bem como evidenciar e justificar a razoabilidade dos critérios utilizados para as provisões realizadas. "

4. Ausência de provisões para perda com investimentos

"Dentre outros investimentos, a Companhia possui investimentos em alguns fundos de investimentos, os valores se tratam de ações registradas pelo custo histórico de aquisição. Para o maior saldo do grupo de investimentos, R$ 2.415 mil do FINAM - FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA, verificamos as demonstrações financeiras do fundo na data base 31 de dezembro de 2015 e verificamos que se trata de um fundo que não opera desde 2001, com resultados negativos consecutivos. O mesmo possui provisão contra investimentos em debentures e o banco operador do fundo vem sendo questionado judicialmente em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de cotas.

A manutenção de ativos sem expectativa de realização gera melhoria indevida nas demonstrações financeiras.

Entendemos que deva ser constituída uma provisão para esse investimento devido à falta de expectativa de recuperação dos valores. Vale ressaltar que este investimento, no mesmo montante (R$ 2.451 mil), já existia em 31/12/2015 e os indicativos da época também apontavam para uma probabilidade de perda deste investimento, levando em conta os prejuízos recorrentes do fundo e sua falta de operação desde 2001. "

5. Ausência de padronização nos lançamentos da PCLD – provisão para crédito de liquidação duvidosa para o grupo de outras contas a receber (conta nº 11336 – Outros pagamentos reembolsáveis)

"Identificamos que a Companhia não possui uma padronização para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa para outros grupos de contas a receber. É fato que a razoabilidade da provisão depende de cada título vencido, determinada por meio de uma análise realizada em conjunto pelo gestor, pelo Departamento Financeiro e Departamento Contábil da Controladora.

Para a conta de outras contas a receber (11336), realizamos, para a data base de 31/12/2016, procedimentos de "aging list" e entendemos que a Companhia deveria complementar a provisão para perda em R$2.733 (R$ 3.186 em 31 de dezembro de 2015) principalmente relacionada a créditos que vem sendo discutidos com o DER-PR desde novembro/2014, mas para os quais não há formalização de acordo.

Conforme leitura do FIPECAFI em seu capítulo 4, Contas a Receber, reescrevemos o seguinte texto:

> *(...) a apuração do valor da perda estimada vem variando, pois, cada empresa pode ter aspectos peculiares a respeito de seus clientes, ramo de negócios, situação do crédito em geral e a própria conjuntura econômica do momento.*
>
> *É, portanto, importante serem considerados todos estes fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa de perdas com os contas a receber, que devem estar cobertas pelas estimativas. No Brasil algumas considerações importantes devem ser realizadas:*
> *(a) deve ser baseada na análise individual do saldo de cada cliente. Este trabalho deve ser feito com base na posição analítica por duplicatas dos clientes na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança, de forma a exercer um julgamento adequado sobre a probabilidade de recebimento dos saldos;*
> *(b) deve ser devidamente considerada a experiência anterior da empresa com a relação à prejuízos com contas a receber. Essa análise pode ser feita por meio da comparação dos saldos totais de clientes ou de volumes de faturamento com os prejuízos reais ocorridos em anos anteriores na própria empresa. Complementando essa análise, é importante a contribuição dos elementos ligados aos setores de*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

vendas e créditos e cobranças com sua experiência e conhecimentos dos clientes.
(c) devem ser também consideradas as condições de vendas. Obviamente, a existência de garantias reais anula ou reduz as perspectivas de perdas;
(d) atenções especiais devem ser dadas as contas atrasadas e a clientes que tenham parte de seus títulos em atraso. Nestes casos, é importante a preparação de um estudo dos contas a receber vencidos, preferencialmente comparativa com o período anterior. As contas são agrupadas em função de seus vencimentos, como vencida a mais de um ano, entre 180 dias e um ano, entre 90 a 180 dias etc. Esta análise é essencial quando a empresa possui clientes pulverizados e diversificados.

O desenvolvimento e a aplicação de uma política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa para grupo de outras contas a receber, oferecerá à Companhia uma avaliação mais objetiva da avaliação da realização de tais ativos, e permite que a Administração monitore a cobrança e tome as ações necessárias.

A Administração deve desenvolver uma política para a constituição de uma provisão para contas a receber vencidas do grupo de outras contas a receber, usando porcentagens determinadas com base em experiência histórica, para várias categorias de vencimento ou por identificação específica. "

6. Sanepar Rural

"Verificamos a composição da conta do Sanepar Rural (conta n° 11685), assim como analisamos sua natureza e classificação. Verificamos que esta conta é utilizada para registro de obras realizadas pela Sanepar em regiões rurais, sendo que todo o processo da realização da obra (custos, manutenções) é contabilizado nesta conta e, após sua finalização com a emissão de laudo do setor responsável, o montante é transferido para despesas na conta de resultado, uma vez que os valores não serão ativados pois não ficam para a Sanepar (acordo político com as prefeituras conveniadas), são utilizados recursos da Sanepar e não serão reembolsados por nenhum órgão público.

O incorreto registro pode comprometer a qualidade e acuracidade da informação contábil e financeira apresentada, não refletindo o desempenho da Companhia, uma vez que estas despesas são postergadas para períodos subsequentes. Esse fato pode distorcer a posição patrimonial e financeira da Companhia em determinada data-base.

Diante disto, entendemos que todo o valor registrado na conta no montante de R$ 10.645, quanto à sua natureza, são despesas e, portanto, deveriam estar reconhecidas no resultado. Vale destacar que no exercício anterior o montante registrado nessa conta era de R$ 9.151 e que o mesmo deveria ter sido reconhecido como despesa no resultado do ano. "

7. Dados cadastrais dos clientes

"Durante o processo de revisão das contas a receber identificamos no relatório "CLIENTES ANALÍTICO - CTA-CLI122016" que 34.920 matrículas cadastradas no sistema da Companhia, possuem informações como CPF zerado (Imagem "a"). Também verificamos que cerca de 4.831 matriculas não possuem o respectivo nome do cliente, ou seja, o mesmo se encontra em branco (Imagem "b"). Conforme resultado obtido do programa ACL:

a) CPF zerado:

Command: EXTRACT RECORD IF CPF_CNPJ = '00000000000000' OR CPF_CNPJ = "" TO "CPF_CNPJ_0_ou_blanks" OPEN

```
14:04:54 - 01/02/2017
  34920 of 3978099 met the test: CPF_CNPJ = '00000000000000' OR CPF_CNPJ = ""
34920 records produced
```

Command: EXTRACT RECORD IF CPF_CNPJ = '00000000000000' OR CPF_CNPJ = "" TO "CPF_CNPJ_0_ou_blanks" OPEN

```
14:04:54 - 01/02/2017
  34920 of 3978099 met the test: CPF_CNPJ = '00000000000000' OR CPF_CNPJ = ""
34920 records produced
```

b) Nomes em branco:

Command: EXTRACT RECORD IF Nome = "" TO "Nomes_blanks2.FIL" OPEN

```
14:00:49 - 01/02/2017
  4831 of 3978099 met the test: Nome = ""
4831 records produced
```

Command: EXTRACT RECORD IF Nome = "" TO "Nomes_blanks2.FIL" OPEN

```
14:00:49 - 01/02/2017
  4831 of 3978099 met the test: Nome = ""
4831 records produced
```

Essas ausências de informações dos dados cadastrais de seus clientes podem comprometer uma análise mais aprofundada do departamento comercial da Companhia.

Entendemos que a Sanepar deve aprimorar os controles do departamento comercial, principalmente para corrigir essa situação,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

para que seja possibilitada a identificação dos dados cadastrais referente a cada matricula cadastrada no sistema. "

8. Segregação de função

"Através dos nossos procedimentos de verificação de documentação suporte referente a obras em andamento, obtivemos algumas RMA's (Requisições de Material de almoxarifado) sobre uma obra em andamento do município de Cascavel. Relacionando ao emitente e aprovador, notamos que para algumas RMA's não houve segregação de função entre emitente e aprovador.

i) Requisição solicitada e aprovada pelo Sr. Claudionor Sorti Soares:

ii) Requisição solicitada e aprovada pela Sra. Cristiane Aparecida Inacio:

Entendemos que a situação fragiliza a estrutura de controles internos da Companhia uma vez que um funcionário pode solicitar e aprovar uma requisição de material sem que haja nenhum tipo de impedimento pré-determinado para a situação.

Recomendamos que a Companhia realize melhorias em seus controles internos criando uma regra que haja segregação entre o solicitante e o aprovador para fins de requisição de materiais. "

9. Provisão para obsolescência do estoque

"Atualmente a Companhia não possui critérios contábeis definidos para análise de eventual provisão para a não realização de itens obsoletos em seu estoque, sendo somente realizada a baixa no momento da identificação, quando da realização dos inventários cíclicos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Através do relatório gerado pelo departamento da USMA contendo os itens sem movimentação a mais de 360 dias. Verificamos que há itens sem movimentação há mais de 15 anos, conforme tabela abaixo:

COD.MAT	CL	UM	DESCRICAO	ULT.MOV.	QUANTIDADE	PRECO UNIT.
14893	41	UN	TE REDUCAO FD JM F - DN 700 X DN 200	03/03/1998	5	2.218,25
264121	70	UN	HIDROMETRO MECANICO MULTIJATO ELETRONICO QN 6.0M3/HORA	29/11/2000	19	436
258814	5	UN	ROTOR A743CF8M REF. 234 KSB RDL 250-340A DE DUPLA SUCCAO	31/10/1996	1	14.353,00
132411	5	UN	LUVA DO EIXO WORTH.8LR-13ABX-33581	04/12/2000	14	752,94
173800	5	UN	EIXO EM AISI420 REF. 211 KSB WKB300/5	01/12/1999	1	10.056,58
183067	5	UN	ROTOR WORTH.8LN-14ABX-28388/9	28/08/1998	3	7.030,98
268496	5	UN	EIXO DE TRANSMISSAO AISI 410 2 POL X 3026MM PARA BOMBA	19/12/2000	1	14.791,25
268534	5	UN	EIXO PARA BOMBA 20 DEB/02 2.1/2 POL X 1530MM - EM AISI 410	19/12/2000	1	8.046,25

Considerando que os valores levantados foram irrelevantes dentro do conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, sugerimos como forma de melhoria nos procedimentos de controles internos a definição de critérios para a constituição da provisão, considerando reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido, conforme orientação do CPC 16 – Estoques.

Os critérios para identificar os itens do estoque cuja realização através da venda ou uso no processo produtivo requer integração entre a área contábil e técnica da Companhia. A discussão de tais critérios com a área técnica normalmente leva à definição de estratégias para otimizar a utilização dos materiais, reduzindo perdas contábeis para a Companhia. "

10. Recibo de doações

"Verificamos que a Companhia está deduzindo do seu IR a pagar valores relativos a doações realizadas no decorrer do ano de 2016, doações que perfazem um total de R$ 2.683.000, porém a Companhia mantém em sua guarda apenas parte dos recibos de doação, aproximadamente R$ 2.050.000 em 2016, deixando o restante das doações sem lastro documental de pagamento.

Informamos que, em caso de eventual fiscalização, os valores não comprovados poderão ser glosados, com base no art. 26 da Lei 8.313/91, art. 1º do Decreto 6.180/07 e art. 3º da Lei 12.913/10.

2016	Doações
Com recibos	2.050.000
Sem recibos	633.000
TOTAL	**2.683.000**

Lembramos ainda que os valores demonstrados acima foram deduzidos diretamente do imposto de renda apurado e não da sua base de cálculo.

Recomendamos a guarda da documentação na totalidade para evitar questionamento futuro pela Receita Federal. "

11. PIS e COFINS – Créditos sobre bens do ativo imobilizado – natureza dos itens

"Analisamos os bens do ativo imobilizado que compõem o a base de cálculo para tomada de crédito do PIS e da COFINS e identificamos alguns que, pela natureza, podem ser questionados pelo fisco por não serem diretamente utilizados nas atividades fim de prestações de serviços desenvolvidas pela Companhia, ou por não estarem apresentando uma descrição adequada para demonstrar a utilização dos referidos bens, como por exemplo.

Exemplos identificados em 2014, 2015 e 2016:

- AMORT GASTOS C/INSTALACOES
- AMORT GASTOS C/PROGRAMA INFORM
- AMORT GASTOS PROT PRES AMBIENT
- AMORTIZACOES DO INTANGIVEL
- DEPRECIACOES

Entendemos que tal situação pode gerar questionamentos por parte do fisco Federal, por não demonstrarem que são aplicados na área produtiva da companhia.

Sugerimos que a Companhia reavalie detalhadamente a natureza dos itens do ativo imobilizado que são objeto de apropriação de créditos de PIS e COFINS, efetuando os ajustes fiscais e contábeis se necessários e, se for o caso, recolher as contribuições com os devidos acréscimos legais. "

12. PIS e COFINS – Créditos sobre aquisição de mercadorias e serviços utilizados como insumos – natureza dos itens

"De acordo com o disposto no artigo 3° das Leis n°s 10.637/02 (PIS) e 10.833/03 (COFINS), é admitida a utilização de determinados créditos para fins de dedução dos valores devidos. O direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS é limitado pela legislação federal aos casos expressamente determinados.

Identificamos eventuais riscos referentes à apropriação de créditos sobre contratação de estagiários e sobre aquisição de material de limpeza, uniformes e equipamentos de proteção individual. Citamos como exemplo:

► *Estagiários contratados*
► *Serviços de limpeza e higiene*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Entendemos que há um potencial risco de autuação por parte da fiscalização federal. Face ao exposto, em eventual fiscalização, não afastamos o risco de as autoridades fiscais glosarem tais créditos e, na hipótese de obtenção de saldo devedor após os devidos ajustes, exigirem o recolhimento dos tributos com acréscimo de multa de 75% (setenta e cinco por cento) e juros equivalentes à taxa SELIC.

Recomendamos que a Companhia reavalie o procedimento empregado na tomada de tais créditos a fim de evitar a glosa dos valores. "

13. Créditos sobre insumos – forma de desconto dos créditos – crédito pela aquisição x crédito pela efetiva utilização dos insumos

"Verificamos que a Companhia opta por não descontar créditos de PIS e COFINS sobre a totalidade das compras/aquisições que gerariam créditos no mês. O procedimento adotado pela Companhia é descontar créditos de acordo com a efetiva utilização dos insumos nas atividades da Companhia, feita com base nas requisições de materiais do almoxarifado. Deste modo, os créditos das aquisições do mês foram reconhecidos, entretanto, não foram utilizados, gerando um saldo credor para utilização no período seguinte.
Entende-se que o procedimento adotado pela Companhia não causa ônus ao Fisco, e que a Companhia pode fazer referida opção.

Contudo, sugerimos à Companhia a elaboração de controle interno que fique disponível para consulta do Fisco e que permita ao Fisco observar que a Companhia não está descontando mais créditos do que efetivamente tem direito. "

14. Método de avaliação atuarial (FUSANPREV)

"De acordo com os esclarecimentos prestados pelo atuário consultor, as estatísticas e premissas de custos assistenciais médios do plano foram apuradas a partir das informações de valores pagos nos últimos 12 meses (de out/2015 a set/2016), de acordo com a data de atendimento (data de ocorrência).

Nesse caso, pode haver o risco de não contemplar os valores de atendimentos já prestados e ainda não pagos (não pagos porque não foram avisados à Fusan ou porque ainda estão no processo de análise). Consequentemente, pode haver um risco de subestimativa desse custo.

Recomendamos que a Companhia institua procedimento de revisão anual desses custos considerando a estimativa de eventos ocorridos e ainda não pagos. Alternativamente, a Companhia poderá utilizar procedimentos alternativos, como a seleção de bases de dados mais maduras (de acordo com nossa experiência, uma base de dados de custos com saúde pode levar até 6 meses para ser considerada madura) ou a utilização de bases de dados de pagamentos por data de pagamento. Cada tratamento deverá ser avaliado preliminarmente pela Companhia de acordo com eventuais alterações que tenham sido implementadas recentemente no plano e que possam trazer impactos às estatísticas de custos médicos médios. "

15. Conjunto de premissas atuariais (SANESAÚDE)

"De acordo com os esclarecimentos prestados pelo atuário consultor, foram adotadas tábuas de custos médicos médios diferenciadas entre o grupo de participantes com adesão anterior a 01/03/2002 (custeio direto) e com adesão posterior a 01/03/2002 (custeio indireto).

Entendemos que o grupo de participantes com adesão posterior a 01/03/2002 ainda não é considerado um grupo maduro (em especial aos ex-empregados, que é formado basicamente por inválidos e pensionistas).

Deste modo, recomendamos que para o grupo com adesão posterior a 01/03/2002 sejam adotadas as mesmas premissas aplicadas ao grupo com adesão anterior a 01/03/2002 - teoricamente já maduro.
Além disso, os resultados de avaliação atuarial são impactados pela premissa de rotatividade. "

16. Método de avaliação atuarial (SANESAÚDE)

"De acordo com os esclarecimentos prestados pelo atuário consultor, as estatísticas e premissas de custos assistenciais médios do plano foram apuradas a partir das informações de valores pagos nos últimos 12 meses (de out/2015 a set/2016), de acordo com a data de atendimento (data de ocorrência).

Nesse caso, pode haver o risco de não contemplar os valores de atendimentos já prestados e ainda não pagos (não pagos porque não foram avisados à Fusan ou porque ainda estão no processo de análise). Consequentemente, pode haver um risco de subestimativa desse custo.

Recomendamos que a Companhia institua procedimento de revisão anual desses custos considerando a estimativa de eventos ocorridos e ainda não pagos. Alternativamente, a Companhia poderá utilizar procedimentos alternativos, como a seleção de bases de dados mais maduras (de acordo com nossa experiência, uma base de dados de custos com saúde pode levar até 6 meses para ser considerada madura) ou a utilização de bases de dados de pagamentos por data de pagamento. Cada tratamento deverá ser avaliado preliminarmente pela Companhia de acordo com eventuais alterações que tenham sido implementadas recentemente no plano e que possam trazer impactos às estatísticas de custos médicos médios. "

17. Marcação a mercado de ativos do plano de previdência

"Para se determinar o passivo atuarial da Companhia, é necessário efetuar a equação entre as obrigações do plano trazidos a valor presente menos o valor líquidos dos ativos do plano na data base das demonstrações financeiras (31/12/2016).

A Companhia e seu atuário efetuaram os trabalhos na data base de 31/10/2016 projetando os ativos líquidos do plano para 31/12/2016, conforme abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Ativos líquidos do plano (31/10/2016)	*R$ 674.701*
Projeção para 31/12/2016	*R$ 15.448*
Ativos líquidos projetados para 31/12/2016	*R$ 690.149*

Entretanto, os ativos líquidos do plano realizado em 31/12/2016 foram de R$ 672.442, isto é, teríamos neste momento um ajuste contábil nas demonstrações financeiras de R$ 17.707 (aumentando o passivo atuarial).

Entretanto, a determinação do valor dos ativos líquidos do plano se dá pelo valor justo conforme determina o CPC 33, parágrafo 102:

> *102. O valor justo de quaisquer ativos do plano é deduzido ao se determinar o montante da obrigação a ser reconhecida no balanço patrimonial de acordo com o item 54. Quando não houver valor de mercado disponível, o valor justo dos ativos do plano é estimado, por exemplo, descontando os fluxos de caixa futuros, utilizando a taxa de desconto que reflita não só o risco associado aos ativos do plano, mas também a maturidade ou a data de alienação esperada desses ativos maturidade, o período esperado até a liquidação da respectiva obrigação).*

Os ativos registrados na Fusan se dividem em ativos para negociação, os quais já estão registrados contabilmente a valor de mercado, e ativos mantidos até o vencimento, os quais são registrados pela curva (custo de aquisição mais os juros acruados no período). Os ativos mantidos até o vencimento, para fins de determinação do passivo atuarial, devem ser ajustados ao valor de mercado.

Efetuamos o cálculo a valor de mercado dos referidos ativos mantidos na curva, e chegamos na necessidade de ajuste para marcação a mercado de R$ 30.380 mil. Desta forma, o novo saldo líquido ativo do plano, determinado conforme CPC 33 seria:

Ativos líquidos reais para 31/12/2016	*R$ 672.442*
Ajuste a valor de mercado para ativos mantidos até o vencimento	*R$ 30.380*
Saldo ativos líquidos a valor justo	*R$ 702.822*

Desta forma, com o ativo maior, o déficit atuarial se torna menor e assim refletindo em um passivo superavaliado de R$ 12.673 (R$ 8.635 mil liquido de imposto de renda).

Recomendamos que a Companhia institua procedimento para avaliar o impacto da revisão atuarial em data base interina, para que se tenha um saldo projetado confiável para a data do balanço. ”

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A seguir são apresentados os comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes da Companhia, conforme constantes do relatório circunstanciado:

1.	**Ausência de controles efetivo de cauções contratuais**
"Desde o ano de 2000 a área financeira utiliza sistema de controle informatizado contendo todos os dados necessários para o controle das cauções contratuais e cuja conciliação ocorre mensalmente. Dos valores registrados a longa data, a Companhia não possuía até o ano de 2000 controles adequados, pois eram realizados essencialmente de forma manual. As Unidades de Finanças e Contábil possuem os registros das garantias que ainda estão pendentes de liberação, inclusive as retidas anteriormente ao ano de 2000, sendo que para liberação dessas garantias, é necessário que a contratada apresente Laudo de Recebimento de Obras e Serviços, acerto de materiais, quando necessário, e da CND – Certidão Negativa de Débitos relativo a CEI-Cadastro Específico do INSS daquela obra. Quanto à correção dos valores a Companhia está estudando a adoção de tal prática."	
2.	**Atualização tempestiva das provisões para contingências**
"A Administração analisará em conjunto com a área jurídica a recomendação sugerida e implementará, se pertinente, este procedimento no decorrer do exercício de 2017."	
3.	Provisão para contingências trabalhistas – passivo superavaliado
"A Administração analisará em conjunto com a área jurídica a recomendação sugerida e implementará, se pertinente, este procedimento no decorrer do exercício de 2017."	
4.	**Ausência de provisões para perda com investimentos**
"A Companhia esclarece que o saldo dos investimentos em cotas do FINAM se trata de incentivo fiscal do Imposto de Renda da Pessoal Jurídica - IRPJ referente aos Exercícios Sociais de 2000 e 2001, e não geram dividendos tão pouco nem incide sobre este quaisquer bonificação. Informamos ainda que a Companhia está avaliando negociar as suas cotas do FINAM no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA através de corretora de Títulos e Valores, objetivando realizar estes ativos."	
5.	**Ausência de padronização nos lançamentos da PCLD – provisão para crédito de liquidação duvidosa para o grupo de outras contas a receber (conta nº 11336 – Outros pagamentos reembolsáveis)**
"A Administração da Companhia concorda com a recomendação e revisará sua prática contábil quanto a constituição de provisão para o grupo de outras contas a receber, visando estabelecer um padrão."	
6.	**Sanepar Rural**
"A Administração da companhia concorda com a recomendação e esclarece que no início do Exercício de 2017 transferiu para contas de resultado o montante de R$ 5.786. Informamos ainda o saldo remanescente de R$ 4.859 é composto por obras que estão iniciando, em execução, paralisadas ou em fase de elaboração de laudo."	
7.	**Dados cadastrais dos clientes**
"A Administração da Companhia concorda com a recomendação e esclarece que atualmente para ser incluído um novo cliente no cadastro comercial o campo CPF/CNPJ é obrigatório. Esclarecemos ainda que a informação do CPF/CNP também é obrigatória quando ocorre uma religação ou alteração cadastral da matrícula do cliente. As pendências apontadas se referem à época em que tal obrigatoriedade não existia no cadastro da Companhia, mas que esse número vem reduzindo mês a mês."	
8.	**Segregação de função**
"A Administração da Companhia informa que em decorrência das rotinas diárias de processamentos das movimentações de materiais, das atualizações de estoque, preços médios, entre outros, se faz necessário executar sequencialmente as funções de emissão e aprovação dos documentos, pois se eventualmente o documento não for processado, bloqueará toda a rotina diária deixando o Sistema indisponível. Outro fator que deve ser considerado diz respeito ao número reduzido de funcionários nos Centros de Distribuição (Londrina, Cascavel e Maringá) que obriga que o mesmo funcionário execute todas as funções. Este fato não ocorre no Centro de Distribuição de Curitiba. Destacamos que a Companhia irá revisar o procedimento administrativo em reunião a ser realizada no mês de abril de 2017."	
9.	**Provisão para obsolescência do estoque**
"A Administração entende que conforme histórico o registro de baixas de materiais inservíveis representa um valor insignificante quando comparado com o valor dos materiais estocados, evidenciando empiricamente que não existe necessidade de realizar a provisão solicitada. Em relação ao tempo de permanência de determinados materiais em estoque entendemos que deve ser analisado o contexto específico de cada material, considerando sua característica física e também a sua finalidade."	
10.	**Recibo de doações**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

"Informamos que até a presente data referente ao exercício de 2016, a Companhia juntou aos processos de Doações Incentivadas os Recibos equivalentes ao montante de R$ 2.493.000, reduzindo o valor pendente para RS 50.000. Informamos ainda que a Companhia solicitou e está monitorando o recebimento dos Recibos faltantes o mais breve possível."

11. PIS e COFINS – Créditos sobre bens do ativo imobilizado – natureza dos itens

"Reiteramos que a Companhia utiliza como crédito no cálculo da COFINS/PASEP os encargos de depreciação e amortização dos bens adquiridos a partir de maio de 2004, controlados no Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), alocados exclusivamente nos sistemas produtivos da Companhia, não compondo portanto, aqueles bens das áreas administrativas. Também destacamos que considerando as "descrições" dos exemplos apontados na revisão deste processo não é possível concluir objetivamente quais seriam as inconsistências encontradas. Desta forma, vale esclarecer que os bens alocados nas áreas operacionais são essenciais para o pleno desempenho das atividades de produção."

12. PIS e COFINS – Créditos sobre aquisição de mercadorias e serviços utilizados como insumos – natureza dos itens

Esclarecemos que os valores apontados não representam os "gastos" da Companhia com essas naturezas, mas sim, apenas aqueles valores registrados como "custos" na apuração do resultado econômico de cada período. Ou seja, se referem a valores alocados exclusivamente nos sistemas produtivos da Companhia, representando insumos aplicados na cadeia produtiva.

13. Créditos sobre insumos – forma de desconto dos créditos – crédito pela aquisição x crédito pela efetiva utilização dos insumos

"Conforme apontado o procedimento adotado pela Companhia é possível legalmente, e destacamos que todos os valores considerados como crédito na apuração da base de cálculo do PASEP/COFINS se encontram respaldso nos controles internos existentes nos processos que são registrados em nossos Sistemas de Materiais (SAM), Financeiro (SFI) e Contábil (SC1), sendo possível a qualquer tempo justificar a origem dos valores utilizados."

14. Método de avaliação atuarial (FUSANPREV)

"A Administração analisará em conjunto com a Fundação Sanepar a recomendação sugerida e implementará, se pertinente, este procedimento no decorrer do exercício de 2017."

15. Conjunto de premissas atuariais (SANESAÚDE)

"A Administração analisará em conjunto com a Fundação Sanepar a recomendação sugerida e implementará, se pertinente, este procedimento no decorrer do exercício de 2017."

16. Método de avaliação atuarial (SANESAÚDE)

"A Administração analisará em conjunto com a Fundação Sanepar a recomendação sugerida e implementará, se pertinente, este procedimento no decorrer do exercício de 2017."

17. Marcação a mercado de ativos do plano de previdência

"A Administração analisará em conjunto com a Fundação Sanepar a recomendação sugerida e implementará, se pertinente, este procedimento no decorrer do exercício de 2017."

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Informamos que até a data de fechamento deste Formulário de Referência, não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Após dois anos de estudos internos, a Sanepar assinou, em maio de 2017, o Contrato de Gerenciamento de Riscos Corporativos com a KPMG Consultoria Ltda., referência mundial no setor, com o compromisso de auxiliar a Sanepar na implantação de mecanismos que incorporem a gestão de risco em todas as instâncias decisórias da Companhia: conselhos, diretorias e gerências, prevendo, ainda, a capacitação de agentes internos e o alinhamento com as rotinas de controles e auditoria internos.

O objeto da contratação estabelece a implementação de gerenciamento de riscos corporativos na Sanepar, com base nos padrões definidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, em seu documento COSO II - Enterprise Risk Management (ERM), que prevê requisitos para: **Ambiente Interno**, **Definição de Objetivos, Identificação dos Riscos, Avaliação dos Riscos, Tratamento dos Riscos, Ambiente Controlado, Informação e Comunicação e Monitoramento.**

O Projeto ainda está em andamento e já resultou na implantação das etapas e na entrega dos produtos descritos abaixo:

1- Mobilização, Captura e Avaliação dos riscos - etapas que resultaram:

- Na apresentação do cronograma, plano e protocolo de trabalho ao CAD, Conselho Fiscal, Comitê Técnico, Comitê de Auditoria, Diretores e Gerentes;
- Na captura dos Riscos e Fatores de Riscos com o objetivo de entender a percepção de cada entrevistado sobre a estratégia da Organização e os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos estratégicos Foram realizadas entrevistas individuais e coletivas com aproximadamente 120 pessoas, envolvendo o CAD, Conselho Fiscal, Comitê Técnico, Comitê de Auditoria, Diretores, Gerentes e alguns profissionais;
- E na avaliação dos Riscos com o objetivo de fazer a análise de impacto e probabilidades das informações levantadas nas entrevistas e classificá-las em uma Matriz de Riscos Estratégicos. O portfólio geral identificou 25 Riscos Estratégicos e 115 Fatores de Riscos, tendo sido priorizados e validados pela Diretoria, Comitê de Auditoria Estatutária e pelo CAD, 06 Riscos Estratégicos e 30 Fatores de Riscos para o gerenciamento corporativo.

Ademais, a etapa abaixo está em andamento:

2- Tratamento dos Riscos Priorizados fase em que os donos e os facilitadores desses riscos buscam e desenvolvem as ferramentas necessárias para promover o gerenciamento (monitoramento sistemático) dos 6 riscos estratégicos, por meio da elaboração dos planos de ações e planos de contingências que mitigarão a efetivação dos riscos. Os planos serão apresentados e validados pela Diretoria e CAD.

Por fim, o Projeto prevê como etapas futuras as descritas a seguir:

3- Treinamento que prevê a disseminação da cultura de riscos na empresa e a apresentação da Matriz Estratégica de Riscos por meio de vídeo conferência aos públicos indicados pela gerências, aproximadamente 500 empregados e;

4- Efetivação do Projeto que prevê a consolidação da Política e do gerenciamento dos 06 riscos priorizados no decorrer de 2018, por meio de seus mecanismos de monitoramento (planos de ações, indicadores, controles internos e auditoria interna) e de reporte à governança da empresa.

Concluindo, é preciso conhecer todos os fatores que possam impactar a capacidade da organização de alcançar os seus objetivos, sejam eles estratégicos ou operacionais e, para tanto, a Sanepar busca acompanhar a performance das grandes empresas do setor que já têm consolidados o gerenciamentos de seus riscos, para atender as exigências corporativas, legais, contratuais, entre outras. Em um ambiente regulado cada vez mais rígido, o gerenciamento de riscos se torna cada vez mais significativo na pauta da linha decisória da Companhia, conforme preconiza o Art 23, parágrafo 2º da Lei 13.303/16.

Em 11 de dezembro de 2017, foi celebrado o contrato de financiamento com o Banco KfW no valor de €50,0 milhões. Em razão da celebração do referido contrato, a Companhia poderá estar exposta ao risco de taxa de câmbio. Neste sentido, também foi aprovada a contratação de instituições financeiras para realização de proteção cambial “hedge” referente ao financiamento do Banco KfW junto à Companhia, conforme ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 24 de outubro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os itens a seguir apresentados foram avaliados e comentados pela Diretoria:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A análise da Diretoria esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos em exercícios anteriores venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Sanepar fundada na década de 1960 é hoje uma das maiores empresas em operação no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e controlada pelo Estado do Paraná. A Empresa presta serviços de fornecimento de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto e de gerenciamento de resíduos sólidos.

Responsável pela prestação de serviços de saneamento básico, em 345 cidades do Estado do Paraná e outras 291 localidades de menor porte, além de Porto União, município de Santa Catarina, possui uma rede de 86,4 mil quilômetros de tubulações utilizadas para captação, distribuição de água, potável, coleta do esgoto e lançamento do efluente tratado. No segmento de resíduos sólidos, opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procópio e Cianorte – esse último atende também os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis.

Com sede em Curitiba (PR) e uma força de trabalho composta por mais de 7 mil empregados, a Sanepar é referência no País em saneamento básico. Oferece uma rede Universalizada de abastecimento de água em todos os municípios que atende. No segmento Esgoto, atinge o índice de tratamento de 100% do esgoto coletado antes de lançá-lo aos corpos hídricos.

Os investimentos para manter a atuação de excelência são constantes. Somente em 2016 destinou R$701,3 milhões a obras de atualização tecnológica, melhoria e expansão das atividades do complexo operacional Sanepar – composto de Estações de Tratamento de Água (ETA), poços, reservatórios de água, Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e outros ativos –, que se revertem em ganhos financeiros e ambientais para a Companhia e toda a sociedade. Também implantou 46 mil novas ligações de água e 94 mil ligações de esgoto.

A Companhia apresentou lucro líquido de R$626,8 milhões em 2016, aumento de 43,0% em comparação com o ano anterior e que atesta sua solidez e capacidade de gerar valor.

A Empresa detém, ainda, 40% de participação acionária na CS Bioenergia S.A., sociedade de propósito específico constituída com a Cattalini Bioenergia para explorar a produção de energia a partir do lodo de esgoto, na unidade de biodigestão localizada ao lado da ETE Belém, em Curitiba. As atividades da CS Bioenergia atenderão à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

Abrangência

- 100% de fornecimento de água tratada pela Sanepar nas regiões urbanas atendidas, acima da média do Brasil, de 93,08% [1]
- 77% de coleta de esgoto na Sanepar, acima da média nacional, de 58,03%[1]
- 100% de tratamento do esgoto coletado, acima da média nacional (74,02%)[1]

[1] Segundo o Sistema Nacional de Saneamento (SNIS 2015).

Com o encerramento de mais um ano, é possível avaliar com clareza os avanços alcançados nas diferentes perspectivas do negócio. Em 2016, a Sanepar aprimorou processos operacionais e a forma de se relacionar com clientes, seguiu acreditando no potencial de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

seus profissionais e investindo em seu desenvolvimento e manteve uma gestão pautada pela excelência, que assegurou a solidez financeira da Companhia.

Mesmo diante do cenário adverso, com a forte retração da atividade econômica no Brasil, teve continuidade a estratégia de investimentos, que somaram R$701,3 milhões em 2016 e foram destinados a obras de expansão e de modernização tecnológica. Entre os destaques está a finalização da primeira etapa da ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que proporcionou melhorias operacionais, garantindo as condições necessárias para a execução da segunda fase da obra, que será licitada em 2017 e que, quando concluída, permitirá a ampliação em três vezes da capacidade de tratamento atual.

Tendo a inovação como propulsora do negócio, a Companhia também manteve a atenção voltada a alternativas economicamente viáveis e ambientalmente adequadas para aprimorar seus processos, caso da CS Bioenergia, unidade de biodigestão de alta tecnologia instalada na ETE Belém, que produzirá energia a partir do lodo de esgoto e de matéria orgânica. A produção de energia deverá se concretizar em 2017.

A sustentabilidade financeira ficou evidenciada nos resultados de 2016. O lucro líquido da Companhia cresceu 43,0% em comparação com 2015, chegando a R$626,8 milhões. A receita operacional líquida foi 17% superior à registrada no ano anterior, influenciada pelo reajuste tarifário de 10,48% a partir de abril e também pela ampliação da base de clientes e do volume faturado. Foram 46 mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e 94 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Ao longo do ano, a Sanepar seguiu direcionando esforços para estar apta ao ambiente regulado e apresentará, em 2017, a primeira tarifa dentro do novo marco regulatório do saneamento básico. Ao atuar com contratos de longo prazo e estar presente em aproximadamente 86,5% do Estado do Paraná, a Companhia entende a transparência nas relações com o órgão regulador e com o poder concedente (municípios) como elemento imprescindível para a continuidade do negócio. Todas as iniciativas adotadas ao longo do ano culminaram com o sucesso do Re-IPO, com a emissão de novas ações da Empresa e a alienação de ações dos acionistas que totalizou R$1,98 bilhão. Isso só foi possível pelo reconhecimento como ótima Companhia que a Sanepar conquistou no mercado financeiro e por parte dos investidores.

A constante preocupação com a saúde e o bem-estar da população e com a qualidade dos serviços que presta se refletiu nos mais recentes índices de satisfação dos consumidores finais, como o que mensura a satisfação com os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, que aumentou de 77% para 83,5%.

Também foram aprimoradas as estruturas de governança corporativa e de compliance, atestando o nosso comprometimento com os mais altos padrões de ética e reforçando a transparência como valor transversal das atividades da Companhia. No que se refere à nossa atuação socioambiental, tiveram sequência as parcerias voltadas à proteção dos recursos hídricos e as iniciativas de educação ambiental.

Todas essas evoluções são fruto do apoio irrestrito do Governo do Estado do Paraná, sócio majoritário da Companhia, e do comprometimento de nossos empregados, que se dedicam diariamente à missão de prestar serviços de saneamento ambiental com qualidade e eficiência. Zelando por nosso capital humano, foram estruturados a Escola de Educação a Distância, que amplia as iniciativas de capacitação já disponibilizadas, e o Programa Equidade de Gênero, que visa garantir um ambiente de trabalho ainda mais equilibrado.

Em 2017, nosso modelo de gestão estará novamente focado nas iniciativas que visam controlar perdas, reduzir despesas com a aquisição de energia e aprimorar ainda mais a eficiência operacional e ambiental e a qualidade de nossos serviços, priorizando a geração de valor para os nossos públicos de relacionamento e a perenidade do negócio.

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, visto que é uma forte e consistente geradora de caixa e possui um nível de alavancagem adequado.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 o EBITDA da Companhia foi de R$1.171,0 milhões, R$894,0 milhões e R$835,8 milhões, respectivamente, e de R$999,7 milhões e R$912,3 milhões nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, respectivamente. Apesar de o EBITDA ter apresentado progresso nos últimos anos, a Margem

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EBITDA apresentou uma queda de 1,8 p.p de 2015 para 2014. O EBITDA de 2016 apresentou uma evolução de 31,0% em relação ao EBITDA de 2015 e a margem EBITDA de 2016, também aumentou 3,6 p.p em relação a margem EBITDA de 2015. O EBITDA do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 apresentou crescimento de 0,60% p.p em relação ao EBITDA do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Se a margem EBITDA ficar fora do limite, os contratos poderão ter seus vencimentos antecipados, com a exigência de pagamento integral das referidas dívidas.

A Receita operacional líquida da Companhia, que aumentou 13,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R$2.617,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$2.971,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e 17,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R$2.971,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$3.477,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 11,5% passando de R$2.550,9milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$2.843,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Adicionalmente, a Diretoria da Companhia acredita que o lucro líquido da Companhia foi de: R$626,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, R$438,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, R$421,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, R$467,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e R$532,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não havendo razão para acreditar que haverá mudança nesta tendência.

A Diretoria da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo em relação aos recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e em 30 de setembro de 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir, foi calculado pela relação entre ativo circulante e passivo circulante.

	Em 30 de setembro de	**Em 31 de dezembro de**		
	2017	**2016**	**2015**	**2014**
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (1)	0,98	1,35	1,00	0,73
Índice de Liquidez Geral (2)	0,45	0,45	0,33	0,32
Índice de Dívida Bruta (3)	26,7%	28,7%	28,3%	24,8%

(1) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.
(2) O Índice de Liquidez Geral é calculado pela divisão do Ativo Circulante (+) Ativo Não Circulante (não considerando o imobilizado, intangível e investimentos) pelo Passivo Circulante (+) Passivo Não Circulante.
(3) O índice de endividamento é calculado pela divisão da dívida (assim entendida como o somatório dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro) pelo ativo total da Companhia.

A Diretoria da Companhia entende que a estabilidade dos índices ocorre porque embora haja um crescimento nominal da dívida líquida, o mesmo é compensado pela geração de caixa e de lucro líquido da Companhia. Em 2016 houve o ingresso de recursos em razão do RE-IPO, pela emissão de novas ações preferenciais da Companhia.

Os índices de alavancagem apresentados a seguir mostram ainda que a alavancagem da Companhia vem se demonstrando estável nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, com um crescimento nominal de 2015 para 2014 e com ligeira queda em 2016 comparado com 2015, e em 30 de setembro de 2017, mesmo com o crescimento nominal da dívida líquida.

	Em 30 de setembro de	**Em 31 de dezembro de**		
	2017	**2016**	**2015**	**2014**
		(Em milhões de Reais, exceto nível de alavancagem)		
Dívida Líquida(1)	2.099,4	2.073,8	2.172,2	1.803,4
Patrimônio Líquido	5.032,4	4.808,7	4.180,3	3.801,1
Nível de alavancagem(2)	0,42	0,43	0,52	0,47

(1) A divida líquida resulta da subtração da dívida (entendida como o somatório dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro) menos o Caixa e Equivalentes de Caixa
(2) Representa a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

O nível de endividamento da Companhia tem se mostrado abaixo da média do setor, enquanto que a rentabilidade em relação ao patrimônio líquido tem se mostrado acima da média do setor. Em 31 de dezembro de 2014, o total do ativo da Companhia atingiu

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R$7.551,7 milhões, enquanto que o total do passivo (Passivo circulante mais Passivo não circulante) era de R$3.750,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, o total do ativo da Companhia atingiu R$8.244,7 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo circulante mais Passivo não circulante) era de R$4.064,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o total do ativo da Companhia atingiu R$9.454,1 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo Circulante mais Passivo não circulante) era de R$4.645,4 milhões. Em 30 de setembro de 2017, o total do ativo da Companhia atingiu R$9.876,7 milhões, enquanto o total do passivo (Passivo circulante mais Passivo não circulante) era de R$4.844,4 milhões.

A Diretoria entende que a Companhia tem capacidade financeira de cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo contratadas junto a terceiros.

A taxa de rentabilidade resulta da divisão do lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 pelo patrimônio líquido médio, conforme tabela abaixo:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015	2014
	(Em milhões de Reais, exceto taxa de rentabilidade)			
Lucro Líquido	532,0	626,8	438,4	421,6
Patrimônio Líquido Médio(*)	4.920,5	4.494,5	3.990,7	3.684,0
Taxa de rentabilidade	10,8%	13,9%	11,0%	11,4%

(*) O patrimônio líquido médio é calculado pela média dos patrimônios líquidos entre o exercício atual e o respectivamente anterior.

b. estrutura de capital.

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia, enquanto relação entre capital próprio e exigibilidades, é adequada às atividades desenvolvidas e ao setor em que atua, sendo tais métricas de capitalização adequadas para obtenção de financiamentos junto aos bancos oficiais e multilaterais permitindo à Companhia lidar com os atuais níveis de investimentos e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida favorável (empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante).

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, medida pela dívida líquida sobre Patrimônio Líquido, apresenta níveis de alavancagem compatíveis com o tipo de negócio.

Em 30 de setembro de 2017, 73,6% das obrigações contraídas, ou seja, o somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, está concentrado no longo prazo.

Historicamente, a principal fonte de recursos para financiamento das atividades da Companhia é o capital de terceiros, exceto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando houve ingresso de recursos pelo aumento do capital da Companhia, em razão do Re-IPO, com a emissão de ações preferenciais da Companhia. A tabela abaixo mostra a estrutura de capital da Companhia nas datas indicadas:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015	2014
	(Em bilhões de Reais, exceto quando indicado)			
Capital próprio [1]	5,0	4,8	4,2	3,8
Capital de terceiros [2]	4,8	4,6	4,1	3,8
Capital de terceiros sobre Capital Próprio (vezes) [3]	1,0x	1,0x	1,0x	1,0x

[1] Corresponde ao valor total do patrimônio líquido.
[2] Corresponde ao valor total agregado de passivo circulante e passivo não circulante.
[3] Corresponde à divisão do capital de terceiros pelo capital próprio acima mencionados.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures, e para financiamento de operações. Em 30 de setembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R$5.032,4 milhões, enquanto a sua dívida líquida era de R$2.099,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro (circulante e não circulante) deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

A tabela abaixo ilustra a evolução da dívida líquida e bruta da Companhia:

(em milhões de Reais)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2017	**2016**	**2015**	**2014**
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e Arrendamento Mercantil Financeiro – Circulante	553,2	379,2	230,7	244,3
Empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil financeiro – Não circulante	2.082,1	2.332,9	2.105,3	1.628,2
Dívida bruta	**2.635,4**	**2.712,1**	**2.336,0**	**1.872,5**
Caixa e Equivalentes de Caixa	536,0	638,3	163,8	69,1
Dívida líquida [(1)]	**2.099,4**	**2.073,8**	**2.172,2**	**1.803,4**

[(1)] A Companhia calcula a dívida líquida como a dívida bruta (empréstimos, financiamentos, debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro), subtraída o valor relativo ao caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia tem buscado alinhar sua geração de caixa às suas necessidades de capital de giro e para atender às obrigações financeiras que contraiu. Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia logrou êxito em implementar a estratégia de alongar o perfil de sua dívida bruta e substituí-la por dívidas com taxas de juros menores, inclusive por meio de emissões de debêntures, cujas características estão descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência. Ademais em dezembro de 2016, houve um incremento de recursos, em razão do Re-IPO, com a emissão de ações preferenciais da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, as principais fontes de recursos utilizadas pela Companhia foram: (i) o capital de terceiros, principalmente por meio dos financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal ("CEF") via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") (recursos do FAT e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), bem como por meio da captação de recursos no mercado de capitais pela emissão das debêntures, e de notas promissórias; e (ii) o caixa gerado pelas operações da Companhia. Ademais, em dezembro de 2016, houve um incremento de recursos, em razão do Re-IPO, com a emissão de ações preferenciais da Companhia.

A Diretoria da Companhia entende que os recursos de caixa gerados pelas operações da Companhia sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais e ao serviço de suas dívidas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia pode acessar o mercado financeiro e de capitais para atender suas eventuais necessidades de liquidez, principalmente por meio de refinanciamento de dívidas já contraídas. Os instrumentos disponíveis são os empréstimos, as emissões de notas promissórias comerciais e de debêntures, entre outros.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

A Diretoria da Companhia acredita que os níveis de endividamento da Companhia e as características dos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes são compatíveis com os resultados das suas atividades, com a sua geração de caixa e com as melhores práticas do mercado e que a Companhia está cumprindo com as obrigações assumidas nesses contratos, atendendo aos *covenants* e demais compromissos ali previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, a Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados e descritos neste item são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são suficientes para realizar os investimentos nele previstos.

i. contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

A tabela abaixo demonstra a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures nas datas indicadas:

Descrição	Taxa de juros anual efetiva	Indexador	Vencimento Final	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	%			2017	2016	2015	2014
					(em milhares de R$)		
Caixa Econômica Federal	6,62 a 12,68	TR	2038	897.949	870.430	804.662	770.187
Arrendamento Mercantil Financeiro	12,40	IPC-FIPE	2036	107.902	41.108	-	--
Debêntures da 2ª Emissão - 1ª Série	1,92	TJLP	2024	84.750	93.072	103.593	114.969
Debêntures da 2ª Emissão - 2ª Série	9,20	IPCA	2024	121.717	139.504	147.322	147.888
Debêntures da 2ª Emissão - 3ª Série	1,92	TJLP	2024	113.000	124.096	90.126	50.012
Debêntures da 3ª Emissão - 1ª Série	1,10	DI	2018	138.564	135.687	203.420	202.623
Debêntures da 3ª Emissão - 2ª Série	6,99	IPCA	2020	133.073	128.296	120.399	108.671
Debêntures da 4ª Emissão - 1ª Série	1,67	TJLP	2027	177.061	180.759	161.474	80.308
Debêntures da 4ª Emissão - 2ª Série	7,44	IPCA	2027	82.841	83.635	66.616	-
Debêntures da 5ª Emissão - 1ª Série	0,98	DI	2017	-	111.886	111.804	-
Debêntures da 5ª Emissão - 2ª Série	1,06	DI	2018	194.418	190.044	189.929	-
Debêntures da 6ª Emissão - 1ª Série	1,28	DI	2018	80.715	83.369	-	-
Debêntures da 6ª Emissão - 2ª Série	1,32	DI	2019	171.312	177.137	-	-
Notas Promissórias – 3ª. Emissão	1,06	DI	2015	-	-	-	102.175
BNDES	1,82 e 2,50	TJLP	2023	94.044	126.561	156.206	188.391
Banco do Brasil S.A. – PSI/13	3,00 a 6,00	-	2024	20.002	22.535	25.909	29.048
Banco Itaú S.A. – PSI	3,00 a 6,00	-	2025	23.141	25.806	29.355	23.361
BNDES – PAC2	1,76 a 2,05	TJLP	2028	194.844	178.149	125.193	54.860
Total				**2.635.333**	**2.712.074**	**2.336.008**	**1.872.493**

Abaixo breve descrição das características dos instrumentos vigentes constantes na tabela acima.

Debêntures 2ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva entre Sanepar, BNDES e BNDESPAR, foram emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de R$39,5 mil, sendo as duas primeiras series com 3.000 debêntures cada e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R$395.155 mil. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada.

Debêntures 3ª Emissão – emitidas em 15/11/2013 e com colocação em 27/11/2013 de 30.000 debêntures no montante total de R$300.000 mil. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao pagamento de dívidas e Capital de Giro.

Debêntures 4ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva entre Sanepar, BNDES e BNDESPAR, foram emitidas em 15/07/2014 para colocação duas séries, com valor nominal unitário R$32.858,80 (trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), sendo: a 1ª série com 7.000 debêntures e a 2ª série com 3.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R$328.588 mil. Essas debêntures são do tipo simples e nominativas, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada.

Debêntures 5ª Emissão – emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 de 30.000 debêntures no montante total de R$300.000 mil. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro. O pagamento integral da amortização da 1ª série, correspondente a 11.116 debêntures, bem como os devidos juros, foram realizados em 16/06/2017.

Debêntures 6ª Emissão – emitidas em 15/08/2016 e com colocação em 05/09/2016 de 25.000 debêntures no montante total de R$250.000 mil. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos BNDES, utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. São garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelas contas reservas, mantidas junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante.

Empréstimos Banco do Brasil – PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida.

Empréstimos Banco Itaú – PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia.

Empréstimos BNDES – PAC 2, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados à ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 houve liberação do montante de R$29.122 mil.

Empréstimos Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, destinados a aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Estes empréstimos, possuem taxas de administração de 1,00% até 2,00% ao ano e taxas de risco de 0,30% a 1,70% ao ano e são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial e pelas receitas próprias da Companhia. Mantém junto à Caixa, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, equivalente a um encargo mensal. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017houve liberação no montante de R$66.102 mil.

Arrendamento Mercantil Financeiro – Contratado no montante de R$460.592 mil com Valor Mensal de Locação (VML) de R$2.075 mil, que deverá ser amortizado em quatro Etapas: 1ª Etapa: doze parcelas de 21,1% do VML, que iniciou em fevereiro de 2017; 2ª Etapa: doze parcelas de 49,3% do VML; 3ª Etapa: doze parcelas de 79,5% do VML e 4ª Etapa: duzentas e quatro parcelas de 100% do VML. Até 30 de setembro de 2017 foi amortizado R$4.625 mil.

ii. <u>outras relações de longo prazo com instituições financeiras.</u>

A Companhia procura manter e desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros do mercado, visando potencializar o relacionamento com os seus parceiros financeiros, além de possibilitar o pronto acesso a linhas de crédito para o financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não possuía qualquer operação de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. <u>grau de subordinação entre as dívidas.</u>

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei. Algumas das dívidas da Companhia, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, estão garantidas com ativos reais. Ademais, as debêntures da 2ª e 4ª Emissões contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R$29,0 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011, e R$15,2 milhões, corrigido anualmente pelo IPCA, com data base de agosto de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

***Covenants* de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª emissões de debêntures**

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

***Covenants* de contratos da 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures**

Índice	Limite
Dívida Bancária Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA Ajustado/ Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª emissões de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento, os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos doze meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo dois trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20%.

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilegio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia estava atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das Debêntures e financiamento do BNDES.

g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Dos recursos oriundos dos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, com saldos a liberar, para a ampliação e melhoria da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas, já foram utilizados 40,7%, restando a liberar R$688,7 milhões em 30 de setembro de 2017.

Ademais, foram utilizados 32,4% dos recursos oriundos dos contratos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os quais estão sendo utilizados para perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná, restando a liberar R$546,4 milhões em 30 de setembro de 2017, sendo R$84,8 milhões da 4º emissão valor original e R$461,6 milhões do PAC.

A Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados são compatíveis com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e são suficientes para realizar os investimentos nele previstos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. As demonstrações contábeis e as informações trimestrais - ITR foram auditadas e revisadas, respectivamente, por auditores independentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				
	2017 (1)	**AV (%)**	**2016 (1)**	**AV (%)**	**AH (%)**
	(Em milhares de R$, exceto percentuais)				
Receita operacional líquida	2.843.946	100,0	2.550.911	100,0	11,5
Custos dos produtos e serviços	(1.142.108)	40,2	(1.057.700)	(41,5)	8,0
Lucro bruto	**1.701.838**	**59,8**	**1.493.211**	**58,5**	**14,0**
Comerciais	(239.316)	(8,4)	(176.407)	(6,9)	35,7
Administrativas	(474.251)	(16,7)	(457.592)	(17,9)	3,6
Outras despesas operacionais	(4.465)	(0,2)	(3.251)	(0,1)	37,3
Provisões	(131.905)	(4,6)	(85.533)	(3,4)	54,2
Programa de participação nos resultados	(28.977)	(1,0)	(15.925)	(0,6)	82,0
Resultado de equivalência patrimonial	(1.388)	(0,0)	(2.257)	(0,1)	(39,1)
Receitas financeiras	76.041	2,7	59.764	2,3	27,2
Despesas financeiras	(175.844)	(6,2)	(183.152)	(7,2)	(4,0)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**721.733**	**25,4**	**628.858**	**24,7**	**14,8**
Imposto de renda e contribuição social	(189.753)	(6,7)	(160.938)	(6,3)	17,9
Lucro líquido	**531.980**	**(18,7)**	**467.920**	**18,3**	**13,7**

(1) Informações financeiras não auditadas.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 11,5%, de R$2.550,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$2.843,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida da Companhia por segmento para os períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2017 (1)	**2016 (1)**
	(Em milhares de Reais)	
Água	1.834.997	1.663.814
Esgoto	1.008.949	887.097
Total da Receita Operacional Líquida	**2.843.946**	**2.550.911**

(1) Informações financeiras não auditadas.

A receita operacional líquida do negócio de resíduos sólidos está contemplada no segmento de Esgoto.

Sobre a receita da Companhia incidem o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PASEP") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sob o regime não cumulativo. Desta forma, a Companhia deduz créditos da base de cálculo da Contribuição para o PASEP e COFINS, resultando em uma alíquota efetiva média de 7,19%. Na eventualidade da incidência do PASEP e do COFINS sob o regime cumulativo, a alíquota efetiva média seria de 9,25%, sendo 7,60% referente ao COFINS e 1,65% ao PASEP.

A diretoria da Companhia entende que o aumento da receita no período é explicado principalmente: pelo reajuste tarifário de 10,48% aplicado para as contas faturadas a partir do dia 01/04/2016, impactando integralmente em 2017; da primeira Revisão Tarifária Periódica – RTP que definiu um reposicionamento tarifário de 25,63% diferido em 08 anos, sendo o reposicionamento tarifário médio em 2017 de 8,53% aplicado nas faturadas a partir do dia 01/06/2017 - pro rata desde 16/05/2017, bem como a alteração da estrutura tarifária, com modificação das faixas de consumo, fixando a tarifa mínima no volume de 5 m³ e seus consequentes ajustes; e do aumento na quantidade de ligações de água em 1,98% e de ligações de esgoto em 5,13%.

Custos dos Produtos e Serviços

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, os custos dos produtos e serviços totalizaram R$1.142,1 milhões, aumento de 8,0% em comparação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, que foi de R$1.057,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta a composição de nossos custos dos produtos e serviços por natureza nos períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de					
	2017			2016		
Descrição	**Água**	**Esgoto**	**Total**	**Água**	**Esgoto**	**Total**
			(Em milhares de Reais)			
Pessoal	214.776	73.405	288.181	181.131	57.301	238.432
Materiais	58.854	25.650	84.504	56.298	17.542	73.840
Energia Elétrica	241.649	25.944	267.593	267.840	29.046	296.886
Serviços de Terceiros	143.401	102.760	246.161	135.219	82.441	217.660
Depreciações e Amortizações	84.977	77.155	162.132	76.621	67.792	144.413
Outros Custos	70.794	22.743	93.537	65.975	20.494	86.469
Totais	**814.451**	**327.657**	**1.142.108**	**783.084**	**274.616**	**1.057.700**

A diretoria da Companhia entende que essa variação no custo dos produtos e serviços ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento dos custos de pessoal de 20,9% em razão: (a) reajuste salarial de 4,69% (INPC) referente ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2017/2018; (b) Ciclo Anual de Avaliação 2016 com impacto de 2%; (c) provisões de indenização trabalhista referente ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e ao Programa de Demissão Voluntária com Transferência de Conhecimentos – PDVTC no valor de R$17,5 milhões; (ii) aumento nos gastos com materiais; (iii) aumento nos gastos com serviços de terceiros, principalmente nos serviços de operação e manutenção de sistemas e de remoção de resíduos de esgoto; (iv) crescimento dos custos gerais e tributários; e (v) aumento nos custos com depreciações e amortizações.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais aumentaram 35,7%, passando de R$176,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$239,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, principalmente em razão do aumento das despesas com pessoal, aumento dos serviços de terceiros e aumento das outras despesas principalmente em função da indenização à condomínios no litoral cujo objeto da ação refere-se à nulidade da cobrança mínima por economia no montante de R$14,3 milhões.

As despesas com pessoal referente às despesas comerciais, aumentaram 22,3%, passando de R$71,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$87,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, reflexo do reajuste coletivo e das provisões no valor de R$5,3 milhões referente indenização trabalhista referente ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e ao Programa de Demissão Voluntária com Transferência de Conhecimentos – PDVTC.

As despesas com serviços de terceiros referente às despesas comerciais aumentaram 15,8%, passando de R$50,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$58,33 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas, aumentaram 3,7%, passando de R$457,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$474,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em razão do aumento das despesas com materiais que cresceram 13,6% e das despesas com serviços de terceiros que aumentaram 10,5%.

Provisões

As provisões tiveram um acréscimo de 54,3%, passando de R$85,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$131,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, influenciado pelas ações referente a falta de água no município de Maringá que resultaram em 2017 provisão de R$26,9 milhões e crescimento do provisionamento de ações trabalhistas.

Despesas Financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, tivemos uma despesa financeira de R$175,8 milhões, em comparação a uma despesa financeira de R$183,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, essa queda decorre principalmente pela redução das taxas de juros dos empréstimos e financiamentos.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram 27,2%, passando de R$59,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$76,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em razão do principalmente do crescimento dos ganhos com aplicações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e a contribuição social aumentaram 17,9%, passando de R$160,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$189,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017. A variação se deve em função do aumento do lucro.

Lucro Líquido

Em decorrência dos motivos apresentados acima, o lucro líquido da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi de R$531,9 milhões, representando um crescimento de 13,7% em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, que foi de R$467,9 milhões. A margem líquida foi de 18,7% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(Em milhares de R$, exceto percentuais)	**2016**	**AV (%)**	**2015**	**AV (%)**	**AH (%)**
Receita Operacional Líquida	3.477.525	100,0	2.971.185	100,0	17,0
Custos dos produtos e serviços	(1.445.108)	(41,6)	(1.345.162)	(45,3)	7,4
Lucro Bruto	**2.032.417**	**58,4**	**1.626.023**	**54,7**	**25,0**
Comerciais	(253.067)	(7,3)	(202.780)	(6,8)	24,8
Administrativas	(616.161)	(17,7)	(591.952)	(19,9)	4,1
Outras despesas operacionais	(11.197)	(0,3)	(15.356)	(0,5)	(27,1)
Provisões	(141.642)	(4,0)	(73.512)	(2,5)	92,7
Programa de Participação nos Resultados	(53.123)	(1,5)	(40.947)	(1,4)	29,7
Resultado de equivalência patrimonial	(3.361)	(0,1)	(1.688)	(0,1)	99,1
Receitas Financeiras	80.526	2,3	51.999	1,8	54,9
Despesas Financeiras	(244.807)	(7,0)	(211.473)	(7,1)	15,8
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	**789.585**	**22,7**	**540.314**	**18,2**	**46,1**
Imposto de renda e contribuição social	(162.738)	(4,7)	(101.870)	(3,4)	59,8
Lucro Líquido	**626.847**	**18,0**	**438.444**	**14,8**	**43,0**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R$3.477,5 milhões, crescimento de 17,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta nossa receita líquida por segmento para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhares de Reais)	**2016**	**2015**
Água	2.263.121	1.948.560
Esgoto	1.214.404	1.022.625
Total da Receita Operacional Líquida	**3.477.525**	**2.971.185**

Sobre a receita da Companhia incidem o PASEP e COFINS sob o regime não cumulativo. Desta forma, a Companhia deduz créditos da base de cálculo da Contribuição para o PASEP e COFINS, resultando em uma alíquota efetiva média de 7,04%. Na eventualidade da incidência do PASEP e do COFINS sob o regime cumulativo, a alíquota efetiva média seria de 9,25%, sendo 7,60% referente ao COFINS e 1,65% ao PASEP.

A diretoria da Companhia entende que o aumento da receita no período é explicado principalmente: (i) pelo reajuste da tarifa dos serviços de água e esgotamento que foi aumentado em 10,48%, a partir das contas emitidas após 01/04/2016; (ii) pelo crescimento das economias ativas de água em 1,6% e de esgotamento sanitário, que cresceu 5,1% nos locais em que prestamos serviços, resultante do crescimento populacional e do número de novas moradias abrangidas pelos nossos serviços. Os A Diretoria da Companhia entende que esse aumento da demanda pelos serviços da Companhia é influenciado não só pelo crescimento econômico do Estado do Paraná, que permitem a evolução do consumo de nossos serviços por um número maior de clientes, inclusive em virtude do aumento de moradias e, principalmente, condomínio de apartamentos com ligações individuais na rede de abastecimento de água da Companhia, como pelos programas sociais promovidos pelo Governo, tais como o “Minha Casa, Minha Vida”.

O crescimento de nossa receita operacional líquida foi parcialmente afetado pelo aumento de R$80,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$88,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 reflexo dos subsídios concedidos por meio de tarifas reduzidas para famílias de menor poder aquisitivo, conforme nosso Programa de Tarifa Social.

Custos dos Produtos e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os custos dos produtos e serviços totalizaram R$1.445,1 milhões, um aumento de 7,4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta a composição de nossos custos dos produtos e serviços nos períodos indicados:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(Em milhares de Reais)	2016			2015		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	260.680	84.818	345.498	229.134	72.937	302.071
Materiais	75.930	25.802	101.732	72.684	24.483	97.167
Energia Elétrica	345.389	37.074	382.463	344.155	35.122	379.277
Serviços de Terceiros	181.168	116.544	297.712	176.392	116.571	292.963
Depreciações e Amortizações	103.828	92.342	196.170	91.970	80.808	172.778
Outros Custos	88.873	32.660	121.533	78.412	22.494	100.906
Totais	**1.055.868**	**389.240**	**1.445.108**	**992.747**	**352.415**	**1.345.162**

A diretoria da Companhia entende que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento dos custos com pessoal, que aumentaram 14,4%, em razão: (a) do reajuste de 11,1% (INPC) nos salários do corpo técnico em face do acordo coletivo de trabalho; (b) reajuste 11,1% no vale alimentação/refeição a partir de maio de 2016, retroativo a março de 2016; (c) abono indenizatório pago em dezembro de 2016; (d) provisão da gratificação de férias (R$696,60 fixo por empregado); (e) crédito extra de vale alimentação/refeição no valor de R$986,9 por empregado, pago em dezembro de 2016; (f) reajuste médio de 2,0% no salário devido ao Ciclo Anual de Avaliação de 2015 – PCCR; e g) reajuste do Sanesaúde; (ii) aumento nos gastos com serviços de terceiros, principalmente nos serviços de operação de sistemas, com energia elétrica, nos serviços de manutenção de redes, nos serviços técnicos operacionais e nos serviços de resíduos de esgoto; (iii) Aumento nos gastos com materiais; (iv) Crescimento nos custos gerais e tributários; e (v) aumento nos custos com depreciações e amortizações.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais aumentaram 24,8% no período, passando de R$202,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$253,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O aumento ocorreu principalmente pelo reajuste salarial de pessoal e crescimento em serviços de terceiros.

As despesas com pessoal, referemte às despesas comerciais aumentaram 13,2% passando de R$92,5 milhões em 2015 para R$104,8 milhões em 2016, reflexo do reajuste coletivo.

As despesas com serviços de terceiros, referente às despesas comerciais aumentaram 19,9% passando de R$58,2 milhões em 2015 para R$69,8 milhões em 2016.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas cresceram 4,1% em razão do aumento das despesas administrativas com pessoal das despesas administrativas em 6,9% e do crescimento dos serviços de terceiros que aumentaram 8,0%.

Provisões

As provisões tiveram um acréscimo de 92,7% de R$73,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$141,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, influenciado pelo crescimento das provisões trabalhistas, cíveis, ambientais, fiscais e tributárias.

Despesas Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, tivemos uma despesa financeira de R$244,8 milhões, em comparação a uma despesa financeira de R$211,5milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o crescimento ocorreu pelo aumento das taxas de juros dos empréstimos e financiamentos.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram 54,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R$52,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$80,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2016, em função principalmente pelo aumento dos ganhos com aplicações financeiras e receita de ajuste a valor presente de ativos financeiros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social aumentaram 59,8% de R$101,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$162,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente ao aumento do Lucro no exercício.

Lucro Líquido

Em decorrência dos motivos discutidos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R$626,8 milhões, representando um crescimento de 43,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A margem líquida foi de 18,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(Em milhares de R$, exceto percentuais)	**2015**	**AV (%)**	**2014**	**AV (%)**	**AH (%)**
Receita Operacional Líquida	2.971.185	100,0	2.617.040	100,0	13,5
Custos dos Produtos e Serviços	(1.345.162)	(45,3)	(1.115.124)	(42,6)	20,6
Lucro Bruto	**1.626.023**	**54,7**	**1.501.916**	**57,4**	**8,3**
Comerciais	(202.780)	(6,8)	(199.832)	(7,6)	1,5
Administrativas	(591.952)	(19,9)	(485.515)	(18,6)	21,9
Outras Despesas Operacionais	(15.356)	(0,5)	(7.987)	(0,3)	92,3
Provisões	(73.512)	(2,5)	(106.376)	(4,1)	(30,9)
Programa de Participação nos Resultados	(40.947)	(1,4)	(41.258)	(1,6)	(0,8)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.688)	(0,1)	(186)	(0,0)	807,5
Receitas Financeiras	51.999	1,8	28.387	1,1	83,2
Despesas Financeiras	(211.473)	(7,1)	(137.955)	(5,3)	53,3
	(73.512)	**(2,5)**	**(106.376)**	**(4,1)**	**(30,9)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**540.314**	**18,2**	**551.194**	**21,1**	**(2,0)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(101.870)	(3,4)	(129.608)	(5,0)	(21,4)
Lucro Líquido do Exercício	**438.444**	**14,8**	**421.586**	**16,1**	**4,0**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R$2.971,2 milhões, crescimento de 13,5%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida por segmento para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em milhares de Reais)	**2015**	**2014**
Água	1.948.560	1.733.570
Esgoto	1.022.625	883.470
Total da Receita Operacional Líquida	**2.971.185**	**2.617.040**

Sobre a receita da Companhia incidem o PASEP e COFINS sob o regime não cumulativo. Desta forma, a Companhia deduz créditos da base de cálculo da Contribuição para o PASEP e COFINS, resultando em uma alíquota efetiva média de 6,50%. Na eventualidade da incidência do PASEP e do COFINS sob o regime cumulativo, a alíquota efetiva média seria de 9,25%, sendo 7,60% referente ao COFINS e 1,65% ao PASEP.

A diretoria da Companhia entende que o aumento da receita liquida entre os exercícios sociais é explicado principalmente: (i) pelo reajuste da tarifa dos serviços de água e esgotamento que foi aumentado em 12,5%, sendo 6,5% a partir das contas emitidas após 24 de março de 2015 e mais 6,0% a partir das contas emitidas após 01 de junho de 2015, pela revisão tarifária extraordinária de 8,0% a partir das contas emitidas após 01 de setembro de 2015; (ii) pelo crescimento das economias ativas de água em 2,7% e de esgotamento sanitário, que cresceu 5,7% devido principalmente ao aumento do número de novas ligações nas redes de abastecimento de água em 2,4%, bem como, no sistema de esgotamento sanitário em 5,7% nos locais em que presta os serviços, resultante do crescimento populacional e do número de novas moradias abrangidas pelos seus serviços. Os Diretores da Companhia acreditam que esse aumento da demanda pelos serviços da Companhia é influenciado não só pelo crescimento econômico do Estado do Paraná, que permitem a evolução do consumo dos serviços por um número maior de clientes, inclusive em virtude do aumento de moradias e, principalmente, condomínio de apartamentos com ligações individuais na rede de abastecimento de água da Companhia, como pelos programas sociais promovidos pelo Governo, tais como o “Minha Casa, Minha Vida”.

O crescimento de nossa receita operacional líquida foi parcialmente afetado pelo aumento de R$66,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$80,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, reflexo dos subsídios concedidos por meio de tarifas reduzidas para famílias de menor poder aquisitivo, conforme nosso Programa de Tarifa Social.

Custos dos Produtos e Serviços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos dos produtos e serviços totalizaram R$1.345,2 milhões, um aumento de 20,6% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A tabela abaixo apresenta a composição de nossos custos dos produtos e serviços nos exercícios sociais indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2015			2014		
Descrição	**Água**	**Esgoto**	**Total**	**Água**	**Esgoto**	**Total**
	(Em milhares de Reais)					
Pessoal	229.134	72.937	302.071	206.090	65.489	271.579
Materiais	72.684	24.483	97.167	69.619	23.980	93.599
Energia Elétrica	344.155	35.122	379.277	183.525	17.905	201.430
Serviços de Terceiros	176.392	116.571	292.963	174.062	117.125	291.187
Depreciações e Amortizações	91.970	80.808	172.778	85.617	70.142	155.759
Outros Custos	78.412	22.494	100.906	79.518	22.052	101.570
Totais	**992.747**	**352.415**	**1.345.162**	**798.431**	**316.693**	**1.115.124**

A diretoria da Companhia entende que essa variação nos custos dos produtos e serviços ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento dos custos com pessoal, que aumentaram 11,2%, em razão: (a) do reajuste de 7,7% (INPC) nos salários do corpo técnico em face do acordo coletivo de trabalho; (b) reajuste 13,6% no vale alimentação/refeição a partir de maio de 2015, retroativo a março de 2015; (c) abono indenizatório pago em dezembro de 2015; (d) provisão da gratificação de férias (R$696,60 fixo por empregado); (e) crédito extra de vale alimentação/refeição no valor de R$874,50 por empregado, pago em dezembro de 2015; e (f) reajuste médio de 2,0% no salário devido ao Ciclo Anual de Avaliação de 2014 – PCCR; e (g) reajuste do Sanesaúde; (ii) aumento nos gastos com serviços de terceiros, principalmente, nos serviços de operação de sistemas, com energia elétrica, nos serviços de manutenção de redes, nos serviços técnicos operacionais e nos serviços de resíduos de esgoto; (iii) aumento nos gastos com materiais (iv) crescimento nos custos gerais e tributários; e (v) aumento nos custos com depreciações e amortizações.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais aumentaram 1,5% no período, passando de R$199,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$202,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O aumento ocorreu principalmente pelo reajuste salarial de pessoal e crescimento em serviços de terceiros.

As despesas com pessoal, referentes às despesas comerciais aumentaram 9,1%, passando de R$84,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$92,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, reflexo do reajuste coletivo.

As despesas com serviços de terceiros, referentes às despesas comerciais aumentaram 5,9%, passando de R$54,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$58,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas, cresceram 21,9%, em razão do aumento dos gastos com pessoal em 17,1% e do crescimento das despesas administrativas com depreciação e amortização que aumentaram 14,9%.

Provisões

As provisões tiveram um decréscimo de 30,9%, passando de R$106,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$73,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, influenciado principalmente pela redução das provisões trabalhistas.

Despesas Financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, tivemos uma despesa financeira de R$211,5 milhões, em comparação a uma despesa financeira de R$138,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram 83,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R$28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$52,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em função principalmente pelo aumento dos ganhos com aplicações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e a contribuição social diminuíram 21,4%, passando de R$129,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$101,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente ao aumento da economia tributária de R$57,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$69,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em função, respectivamente, do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos.

Lucro Líquido

Em decorrência dos motivos discutidos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$438,4 milhões, representando um crescimento de 4,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. A margem líquida foi de 14,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Balanço Patrimonial – Ativo					
(Em milhares de R$, exceto percentuais)	**30/09/2017**	**AV (%)**	**31/12/2016**	**AV (%)**	**AH (%)**
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	535.957	5,4	638.330	6,8	(16,0)
Contas a Receber de Clientes, líquido	614.697	6,2	559.797	5,9	9,8
Estoques	35.579	0,4	36.722	0,4	(3,1)
Impostos e Contribuições a Recuperar	1.194	0,0	39.021	0,4	(96,9)
Depósitos Vinculados	7.260	0,1	9.844	0,1	(26,2)
Outras Contas a Receber	59.384	0,6	23.526	0,2	152,4
Total do Ativo Circulante	1.254.071	12,7	**1.307.240**	13,8	(4,1)
Ativo Não circulante					
Contas a receber de Clientes, líquidas	12.724	0,1	10.706	0,1	18,8
Impostos e Contribuições a recuperar	796	0,0	760	0,0	4,7
Depósitos Vinculados	49.051	0,5	45.834	0,5	7,0
Ativos Financeiros Contratuais	198.211	2,0	172.381	1,8	15,0
Depósitos Judiciais	181.927	1,8	156.442	1,7	16,3
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	425.745	4,3	373.997	4,0	13,8
Outras Contas a Receber	43.296	0,5	43.695	0,5	(0,9)
Investimentos	19.869	0,2	12.403	0,1	60,2
Imobilizado, líquido	133.034	1,4	131.268	1,4	1,3
Intangível, líquido	7.557.997	76,5	7.199.393	76,1	5,0
Total do Ativo Não Circulante	8.622.650	87,3	**8.146.879**	86,2	5,8
Total do Ativo	9.876.721	**100,0**	**9.454.119**	**100,0**	4,5

Balanço Patrimonial – Passivo					
(Em milhares de R$, exceto percentuais)	**30/09/2017**	**AV (%)**	**31/12/2016**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo Circulante					
Empréstimos, Financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e Debêntures	553.232	5,6	379.163	4,0	45,9
Empreiteiros e Fornecedores	134.172	1,3	133.505	1,4	0,5
Contratos de Concessão	7.662	0,1	7.501	0,1	2,1
Impostos e contribuições	97.159	1,0	63.260	0,7	53,6
Salários e Encargos Sociais	238.182	2,4	157.379	1,7	51,3
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	148.100	1,5	134.055	1,4	10,5
	-	-	-	-	-
Receitas a apropriar	4.200	0,0	542	0,0	674,9
Cauções e Retenções Contratuais	2.562	0,0	2.338	0,0	9,6
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	58.473	0,6	53.062	0,6	10,2
Outras contas a pagar	36.486	0,4	36.513	0,4	(0,1)
Total do Passivo Circulante	1.280.228	12,9	**967.318**	10,2	32,3
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, Financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e Debêntures	2.082.101	21,1	2.332.911	24,7	(10,8)
Contratos de Concessão	85.161	0,9	89.425	0,9	(4,8)
Impostos e Contribuições	1.328	0,0	1.411	0,0	(5,9)
Receitas a Apropriar	14.350	0,1	-	-	-
Provisões	557.317	5,6	506.576	5,3	10,0
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	818.619	8,3	742.866	7,9	10,2
Outras Contas a Pagar	5.266	0,1	4.939	0,1	6,6
Total do Passivo Não Circulante	3.564.142	36,1	**3.678.128**	38,9	(3,1)
Total do Patrimônio Líquido	5.032.351	51,0	**4.808.673**	50,9	4,7
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	9.876.721	**100,0**	**9.454.119**	**100,0**	4,5

Ativo Circulante

O ativo circulante reduziu 4,1%, em 30 de setembro de 2017 passando de R$1.307,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$1.254,1 milhões em 30 de setembro de 2017, representado 12,7% do total do ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essa redução no ativo circulante ocorreu principalmente pela redução em Caixa e Equivalentes de Caixa, que diminuiu de R$638,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$536,0 milhões em 30 de setembro de 2017, correspondendo a uma redução de 16,0%.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou para R$8.622,7 milhões em 30 de setembro de 2017 ou 5,8%, quando comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2016, que era de R$8.146,9 milhões. O valor do ativo não circulante representava 87,3% e 86,2% do total do ativo em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente em razão do crescimento do saldo dos ativos financeiros contratuais que aumentou 15,0%, passando de R$172,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$198,2 milhões em 30 de setembro de 2017 e do crescimento de 5,0% do intangível que era de R$7.557,9 milhões e R$7.199,4 milhões em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, respectivamente, crescimento de R$358,5 milhões em função dos investimentos realizados.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 32,3%, passando de R$967,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$1.280,2 milhões em 30 de setembro de 2017. O passivo circulante representava 12,9% e 10,2% do total do passivo e do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente pelo aumento do saldo de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures que aumentou 45,9%, passando de R$379,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$553,2 milhões em 30 de setembro de 2017 e pelo aumento do saldo de salários e encargos sociais que cresceu 51,3%, passando de R$157,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$238,2 milhões em 30 de setembro de 2016.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante reduziu 3,1%, ou R$114 milhões, em 30 de setembro de 2017 se comparado ao passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016. O valor do passivo não circulante era de R$3.564,1 milhões em 30 de setembro de 2017 e R$3.678,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando 36,1% e 38,9% do total do passivo e do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Essa redução decorreu principalmente pela redução do saldo dos empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures que reduziu 10,8%, passando de R$2.332,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$2.082,1 milhões em 30 de setembro de 2017.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 4,7% em 30 de setembro de 2017 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016. O valor do patrimônio líquido era de R$5.032,4 milhões em 30 de setembro de 2017 e R$4.808,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando 51,0% e 50,9% do total do passivo e do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Balanço Patrimonial – Ativo **(Em milhares de R$, exceto percentuais)**	**31/12/2016**	**AV (%)**	**31/12/2015**	**AV (%)**	**AH (%)**
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	638.330	6,8	163.797	2,0	289,7
Contas a Receber de Clientes, líquido	559.797	5,9	477.281	5,8	17,3
Estoques	36.722	0,4	35.662	0,4	3,0
Impostos e Contribuições a Recuperar	39.021	0,4	28.829	0,3	35,4
Depósitos Vinculados	9.844	0,1	9.166	0,1	7,4
Outras Contas a Receber	23.526	0,2	23.648	0,3	(0,5)
Total do Ativo Circulante	**1.307.240**	13,8	**738.383**	**9,0**	77,0
Ativo Não circulante					
Contas a receber de Clientes, líquidas	10.706	0,1	9.736	0,1	10,0
Impostos e Contribuições a recuperar	760	0,0	684	0,0	11,1
Depósitos Vinculados	45.834	0,5	34.559	0,4	32,6
Ativos Financeiros Contratuais	172.381	1,8	77.420	0,9	122,7
Depósitos Judiciais	156.442	1,7	132.894	1,6	17,7
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	373.997	4,0	334.775	4,1	11,7
Outras Contas a Receber	43.695	0,5	16.357	0,2	167,1
Investimentos	12.403	0,1	8.224	0,1	50,8
Imobilizado, líquido	131.268	1,4	130.043	1,6	0,9
Intangível, líquido	7.199.393	76,1	6.761.600	82,0	6,5
Total do Ativo Não Circulante	**8.146.879**	86,2	**7.506.292**	**91,0**	8,5
					14,7
Total do Ativo	**9.454.119**	**100**	**8.244.675**	**100,0**	

Balanço Patrimonial – Passivo **(Em milhares de R$, exceto percentuais)**	**31/12/2016**	**AV (%)**	**31/12/2015**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo Circulante					
Empréstimos, Financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e Debêntures	379.163	4,0	230.660	2,8	64,4
Empreiteiros e Fornecedores	133.505	1,4	125.404	1,5	6,5
Contratos de Concessão	7.501	0,1	7.052	0,1	6,4
Impostos e contribuições	63.260	0,7	50.124	0,6	26,2
Salários e Encargos Sociais	157.379	1,7	140.286	1,7	12,2
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	134.055	1,4	95.101	1,2	41,0
Títulos a pagar	-	-	3.087	0,0	(100,0)
Receitas a apropriar	542	0,0	3.250	0,0	(83,3)
Cauções e Retenções Contratuais	2.338	0,0	2.684	0,0	(12,9)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	53.062	0,6	46.896	0,6	13,1
Outras contas a pagar	36.513	0,4	36.957	0,4	(1,2)
Total do Passivo Circulante	**967.318**	10,2	**741.501**	**9,0**	30,5
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, Financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e Debêntures	2.332.911	24,7	2.105.348	25,5	10,8
Contratos de Concessão	89.425	0,9	91.115	1,1	(1,9)
Impostos e Contribuições	1.411	0,0	1.468	0,0	(3,9)
Receitas a Apropriar	-	-	542	0,0	(100,0)
Provisões	506.576	5,3	463.423	5,6	9,3
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	742.866	7,9	656.541	8,0	13,1
Outras Contas a Pagar	4.939	0,1	4.430	0,1	11,5
Total do Passivo Não Circulante	**3.678.128**	38,9	**3.322.867**	**40,3**	10,7
Total do Patrimônio Líquido	**4.808.673**	50,9	**4.180.307**	**50,7**	15,0
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**9.454.119**	**100,0**	**8.244.675**	**100,0**	14,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 77,0%, em 31 de dezembro de 2016 quando comparado ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2015. O valor do ativo circulante era de R$738,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando 9,0% do total do ativo.

Esse aumento no ativo circulante ocorreu principalmente pelo crescimento em Caixa e Equivalentes de Caixa, que aumentou de R$163,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$638,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, correspondendo a um aumento de 289,7%, principalmente em virtude da geração de caixa pelas operações em 2016 e pelas emissões de debêntures.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou para R$8.146,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 ou 8,5%, quando comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2015, que era de R$7.506,3 milhões. O valor do ativo não circulante representava 86,2% e 91,0% do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente em razão do crescimento do aumento do saldo dos ativos financeiros contratuais que aumentou 122,7%, passando de R$77,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$172,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, e do crescimento do intangível de R$6.761,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$7.199,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 6,5%.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 30,5%, passando de R$741,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$967,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. O passivo circulante representava 10,2% e 9,0% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente pelo aumento do saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro que aumentou 64,4%, passando de R$230,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$379,2 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 10,7% ou R$355,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 se comparado ao passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015. O valor do passivo não circulante era de R$3.678,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$3.322,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando 38,9% e 40,3% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

Esse aumento decorreu principalmente pelo crescimento do saldo dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro que aumentou 10,8%, passando de R$2.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$2.332,9 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 15,0% em 31 de dezembro de 2016 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015. O valor do patrimônio líquido era de R$4.808,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$4.180,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando 50,9% e 50,7% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Balanço Patrimonial – Ativo (Em milhares de R$, exceto percentuais)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	163.797	2,0	69.061	0,9	137,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a Receber de Clientes, líquido	477.281	5,8	393.536	5,2	21,3
Estoques	35.662	0,4	35.166	0,5	1,4
Impostos e Contribuições a Recuperar	28.829	0,3	22.791	0,3	26,5
Depósitos Vinculados	9.166	0,1	13.725	0,2	(33,2)
Outras Contas a Receber	23.648	0,3	24.301	0,3	(2,7)
Total do Ativo Circulante	**738.383**	**9,0**	**558.580**	**7,4**	**32,2**
Ativo Não circulante					
Contas a Receber de Clientes, líquido	9.736	0,1	8.009	0,1	21,6
Impostos e Contribuições a Recuperar	684	0,0	786	0,0	(13,0)
Depósitos Vinculados	34.559	0,4	30.705	0,4	12,6
Ativos Financeiros Contratuais	77.420	0,9	54.586	0,7	41,8
Depósitos Judiciais	132.894	1,6	166.747	2,2	(20,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	334.775	4,1	379.075	5,0	(11,7)
Outros Créditos	16.357	0,2	16.923	0,2	(3,3)
Investimentos	8.224	0,1	8.204	0,1	0,2
Imobilizado, líquido	130.043	1,6	102.340	1,4	27,1
Intangível, líquido	6.761.600	82,0	6.225.784	82,4	8,6
Total do Ativo Não Circulante	**7.506.292**	**91,0**	**6.993.159**	**92,6**	**7,3**
Total do Ativo	**8.244.675**	**100,0**	**7.551.739**	**100,0**	**9,2**

Balanço Patrimonial – Passivo					
(Em milhares de R$, exceto percentuais)	**31/12/2015**	**AV (%)**	**31/12/2014**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	230.660	2,8	244.334	3,2	(5,6)
Empreiteiros e Fornecedores	125.404	1,5	141.079	1,9	(11,1)
Contratos de Concessão	7.052	0,1	6.372	0,1	10,7
Impostos e Contribuições	50.124	0,6	44.680	0,6	12,2
Salários e Encargos Sociais	140.286	1,7	128.837	1,7	8,9
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	95.101	1,2	92.218	1,2	3,1
Títulos a Pagar	3.087	0,0	7.200	0,1	(57,1)
Receitas a Apropriar	3.250	0,0	3.250	0,0	0,0
Cauções e Retenções Contratuais	2.684	0,0	2.864	0,0	(6,3)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	46.896	0,6	56.324	0,7	(16,7)
Outras Contas a Pagar	36.957	0,4	37.323	0,5	(1,0)
Total do Passivo Circulante	**741.501**	**9,0**	**764.481**	**10,1**	**(3,0)**
Passivo Não Circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.105.348	25,5	1.628.159	21,6	29,3
Contratos de Concessão	91.115	1,1	88.706	1,2	2,7
Impostos e Contribuições	1.468	0,0	1.262	0,0	16,3
Títulos a Pagar	-	-	2.429	0,0	(100,0)
Receitas a Apropriar	542	0,0	3.792	0,1	(85,7)
Provisões	463.423	5,6	467.772	6,2	(0,9)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	656.541	8,0	788.529	10,4	(16,7)
Outras Contas a Pagar	4.430	0,1	5.524	0,1	(19,8)
Total do Passivo Não Circulante	**3.322.867**	**40,3**	**2.986.173**	**39,5**	**11,3**
Total do Patrimônio Líquido	**4.180.307**	**50,7**	**3.801.085**	**50,3**	**10,0**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**8.244.675**	**100,0**	**7.551.739**	**100,0**	**9,2**

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 32,2%, em 31 de dezembro de 2015 quando comparado ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2014. O valor do ativo circulante era de R$738,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$558,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando 9,0% e 7,4% do total do ativo, respectivamente.

Esse aumento no ativo circulante ocorreu principalmente pelo crescimento no Caixa e Equivalentes de Caixa, que aumentou de R$69,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$163,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, correspondendo a um aumento de 137,2%, principalmente em virtude do caixa e equivalentes de caixa gerados pelas operações e pelas emissões de debêntures no exercício social de 2015.

Ativo Não Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O ativo não circulante aumentou para R$7.506,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 ou 7,3%, quando comparado ao ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014, que era de R$6.993,2 milhões. O valor do ativo não circulante representava 91,0% e 92,6% do total do ativo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos investimentos no ativo imobilizado e intangível no montante de R$795,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Passivo Circulante

O passivo circulante diminuiu 3,0%, passando de R$764,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$741,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. O passivo circulante representava 9,0% e 10,1% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Essa diminuição ocorreu principalmente pela redução do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures que diminuiu 5,6%, passando de R$244,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$230,7 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou 11,3%, de R$2.986,2 milhões, em 31 de dezembro de 2014 para R$3.322,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando 40,3% e 39,5% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Esse aumento decorreu principalmente pelo crescimento dos empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures que aumentou 29,3%, passando de R$1.628,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$2.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 10,0% em 31 de dezembro de 2015 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2014. O valor do patrimônio líquido era de R$4.180,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$3.801,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando 50,7% e 50,3% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. O crescimento do Patrimônio Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 deveu-se principalmente pelo lucro líquido do exercício.

FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa da Companhia decorre substancialmente de suas operações, podendo variar de período a período conforme a flutuação de suas tarifas, de seus custos e do consumo de seus serviços. De acordo com o regime legal para reajuste de tarifas, a Companhia normalmente recupera parte do aumento de seus custos em um determinado período por meio de aumento das tarifas no período seguinte. A Companhia usa o caixa e equivalentes de caixa proveniente de suas operações principalmente para financiar suas atividades operacionais, pagar imposto de renda, contribuições e os empréstimos, financiamentos e debêntures captados.

As tabelas a seguir demonstram o sumário dos fluxos de caixa dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2017	**2016**
	(Em milhares de Reais)	
Caixa e Equivalentes de Caixa Gerados pelas Atividades Operacionais	1.039.865	819.072
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimentos	(519.879)	(532.576)
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicados nas Atividades de Financiamentos	(622.359)	(73.813)
Aumento no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(102.373)	**212.683**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	**2015**	**2014**
		(Em milhares de Reais)	
Caixa e Equivalentes de Caixa Gerados pelas Atividades Operacionais	1.096.717	872.250	774.929
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimentos	(708.833)	(796.732)	(959.566)
Caixa e Equivalentes de Caixa Gerados pelas Atividades de Financiamentos	86.649	19.218	106.916
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**474.533**	**94.736**	**(77.721)**

FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 COMPARADO COM OS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, as atividades operacionais geraram caixa e equivalentes de caixa de R$1.039.9 milhões, enquanto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, geraram R$819,1milhões, representando um aumento de 27,0%. A variação foi em função do aumento do lucro líquido do exercício em 13,7%, tendo como fator principal o aumento da receita operacional líquida.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, o caixa aplicado nas atividades de investimentos totalizou R$519,9 milhões e R$532,6 milhões, respectivamente, representando uma redução de 2,4%. Essa variação foi devida, principalmente, a redução de 3,4% de investimentos no imobilizado e intangível.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, o caixa aplicado nas atividades de financiamento totalizou R$622,4 milhões em comparação ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades de financiamento de R$73,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Essa variação foi devida, principalmente, a redução de 76,4% dos empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 quando comparado com o mesmo período de 2016.

FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO COM OS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as atividades operacionais da Companhia geraram caixa e equivalentes de caixa de R$1.096,7 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, geraram R$872,3 milhões, representando um aumento de 25,7%. A variação foi em função do aumento do lucro líquido do exercício em 43,0%, tendo como fator principal o aumento da receita operacional líquida.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimentos totalizou R$708,8 milhões e R$796,7 milhões, respectivamente, representando uma redução de 11,0%. Essa redução foi devida, principalmente, pela redução de 11,8% de investimentos no imobilizado e intangível.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$86,6 milhões e R$19,2 milhões, respectivamente, representando um aumento de 350,9%. Esse aumento foi devido, principalmente, ao impacto da emissão de ações, no valor de R$250,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, principalmente compensado pela (i) queda na captação de novos financiamentos de R$652,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2015 para R$494,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (ii) redução na amortização de financiamentos de R$243,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R$219,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e um aumento no pagamento de juros sobre financiamentos de R$199,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R$227,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO COM OS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as atividades operacionais da Companhia geraram caixa e equivalentes de caixa de R$872,3 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, geraram R$774,9 milhões, representando um aumento de 12,6%. A variação foi em função do aumento do lucro líquido do exercício em 4,0%, tendo como fator principal o aumento da receita operacional líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o caixa e equivalente de caixa aplicado nas atividades de investimentos totalizou R$796,7 milhões e R$959,6 milhões, respectivamente, representando uma redução de 17,0%. Essa redução foi devida, principalmente, pela redução de 16,7% de investimentos no imobilizado e intangível.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$19,2 milhões e R$106,9 milhões, respectivamente, representando uma redução de 82,0%. Essa redução foi devida, principalmente, aos aumentos de 117,5% e 46,8% das amortizações de financiamentos e pagamentos de juros sobre financiamentos, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é gerada preponderantemente por meio das suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e contratos de programa, resultado da renovação dos antigos contratos de concessão.

O crescimento da Companhia está ligado ao crescimento da população do Estado do Paraná e ao aumento do número de residências que necessitam dos serviços de saneamento básico. A rede fixa demanda um crescimento de aproximadamente 2% ao ano para atender ao crescimento da população e do aumento do número de residências. O aumento do número de famílias e residências que necessitam dos serviços de saneamento básico é parcialmente apoiado por programas governamentais destinados a reduzir o déficit habitacional no Brasil, incluindo o programa Minha Casa, Minha Vida, um programa habitacional criado pelo governo brasileiro para reduzir o déficit habitacional por meio de financiamento público para a construção de habitações para famílias de baixa renda, oferecendo empréstimos subsidiados para toda a cadeia produtiva do setor imobiliário brasileiro. O programa Minha Casa, Minha Vida resultou na construção de milhares de novas casas no Estado do Paraná desde o ano de 2011.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$2.617,0 milhões, sendo que desse total, R$1.733,6 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R$883,4 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$2.971,2 milhões, sendo que desse total, R$1.948,6 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R$1.022,6 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve aumento de 13,5% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, principalmente pelo reajuste de 12,5% da tarifa de água e esgoto, sendo 6,50% a partir das contas emitidas após 24 de março de 2015 e mais 6,00% a partir das contas emitidas após 01 de junho de 2015 e pela revisão tarifária extraordinária de 8,0% a partir das contas emitidas após 01 de setembro de 2015, além da manutenção da cobertura de atendimento da Companhia em 100,0% dos moradores da área urbana das cidades que atende. O aumento do número de novas ligações de água e esgoto, bem como dos volumes faturados, contribuíram para o bom resultado obtido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$3.477,5 milhões, sendo que desse total, R$2.263,1 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R$1.214,4 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve crescimento de 17,0% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, principalmente (i) pelo reajuste da tarifa dos serviços de água e esgotamento que foi aumentado em 10,48%, a partir das contas emitidas após 01/04/2016; (ii) pelo crescimento das economias ativas de água em 1,6% e de esgotamento sanitário, que cresceu 5,1% nos locais em que prestamos serviços, resultante do crescimento populacional e do número de novas moradias abrangidas pelos nossos serviços. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento da demanda pelos serviços da Companhia é influenciado não só pelo crescimento econômico do Estado do Paraná, que permitem a evolução do consumo de nossos serviços por um número maior de clientes, inclusive em virtude do aumento de moradias e, principalmente, condomínio de apartamentos com ligações individuais na rede de abastecimento de água da Companhia, como pelos programas sociais promovidos pelo Governo, tais como o “Minha Casa, Minha Vida”.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$2.843,9 milhões, sendo que desse total, R$1.835,0 milhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R$1.008,9 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve aumento de 11,5% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o mesmo período de 2016, pelo reajuste tarifário de 10,48% aplicado para as contas faturadas a partir do dia 01/04/2016, impactando

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

integralmente em 2017; da primeira Revisão Tarifária Periódica – RTP que definiu um reposicionamento tarifário de 25,63% diferido em 08 anos, sendo o reposicionamento tarifário médio em 2017 de 8,53% aplicado nas faturadas a partir do dia 01/06/2017 - pro rata desde 16/05/2017, bem como a alteração da estrutura tarifária, com modificação das faixas de consumo, fixando a tarifa mínima no volume de 5 m³ e seus consequentes ajustes; e do aumento na quantidade de ligações de água em 1,98% e de ligações de esgoto em 5,13%.

Ademais, os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- as condições do ambiente macroeconômico brasileiro;
- crescimento do Estado do Paraná;
- reajuste de tarifas;
- situações climáticas;
- o custo dos insumos relevantes para suas operações; e

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As operações são restritas ao mercado interno e consequentemente não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita operacional líquida. A receita operacional líquida da Companhia é impactada pelo reajuste tarifário e pelo crescimento do volume faturado.

A receita operacional líquida e condição financeira são altamente dependentes da capacidade da Companhia de obter a aprovação e de estabelecer tarifas adequadas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No passado, por vezes, as tarifas não acompanharam a perda do poder aquisitivo da moeda brasileira em períodos de inflação elevada. Em geral, as tarifas são reajustadas levando-se em consideração principalmente a inflação e o aumento dos custos, respeitadas as categorias de consumidores e eventuais descontos.

O reajuste de tarifa da Companhia segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007 que dispõe sobre as diretrizes nacionais do saneamento. Ainda de acordo com a lei, a tarifa é reajustada uma vez por ano respeitando o prazo de 12 meses entre um reajuste e outro. O reajuste deve ser anunciado com antecedência de 30 dias da data que passará a vigorar e vem sendo realizado anualmente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a tarifa foi aumentada em 6,4%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 houve reajuste de 12,5%, sendo 6,5% em março e 6,0% a partir de junho e pelo reajuste de 8,0% aplicado a partir de setembro em razão da revisão tarifária extraordinária. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 os valores das tarifas de saneamento básico foram reajustados em 10,5%. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 os valores das tarifas de saneamento básico foram reposicionados em 8,53%, conforme Resolução Homologatória nº 003/2017 da Agepar sobre os serviços prestados, a partir de 30 dias após a publicação no Diário Oficial do Paraná, edição nº 9926, em 17 de abril de 2017. E, em 1º de junho, a Sanepar passou a cobrar uma nova tarifa para os serviços de água e esgoto em todo o Estado do Paraná e Porto União/SC.

A tabela a seguir demonstra, nos períodos indicados, os aumentos percentuais das tarifas da Companhia (reajuste médio), comparados a três índices de inflação.

Indexadores	Até 30/09/2017	2016	2015	2014
IPCA	1,78%	6,29%	10,71%	6,41%
IGP-M	(2,12)%	7,19%	10,54%	3,69%
IPC-FIPE	1,09%	6,54%	11,07%	5,20%
Sanepar	8,53%	10,48%	21,5%	6,4%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro, quando relevante

A inflação, a variação de preços dos principais insumos e produtos e os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram absorvidos pelo crescimento orgânico da Companhia e pela recomposição tarifária, o que gerou receita suficiente para suportar estes impactos, conforme os resultados apurados. Com efeito, em março de 2014, março, junho e setembro de 2015 e 2016 e fevereiro de 2017, a Companhia reajustou suas tarifas em 6,4%, 6,5%, 6,0%, 8,0%,10,5% e 8,53%, respectivamente, para recompor a tarifa dos seus serviços.

Os custos também tendem a aumentar com a inflação brasileira, tendo em vista que os preços dos insumos são denominados em reais, o que pode afetar adversamente as margens da Companhia. Além disso, a receita operacional e condição financeira da Companhia são afetados pelas flutuações das taxas de juros, na medida em que sua dívida está indexada às taxas de juros variáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional.

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais.

Desde a sua constituição, a Companhia não praticou eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores informam que até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos regidos pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões") (Contratos de Concessão) no ativo imobilizado, e os bens vinculados aos contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) de acordo com o modelo bifurcado (intangível e financeiro) definido pelo ICPC 01 e OCPC 05. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia alterou a forma de contabilização dos contratos regidos pela Lei de Concessões (Contratos de Concessão), passando a também registrá-los no ativo intangível.

Adicionalmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia passou a ajustar os ativos financeiros contratuais a valor presente. Este valor é referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas em decorrência dos bens vinculados a concessão, cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo imobilizado dos Balanços Patrimoniais do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2014 para o ativo intangível bem como, o ativo financeiro contratual considerando o cálculo do ajuste a valor presente - AVP.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Diretoria demonstra abaixo os efeitos das reclassificações efetuadas no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2014.

	Em 31 de dezembro de 2014		Em 31 de dezembro de 2014
Ativo	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reclassificado**
		(Em milhares de reais)	
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	194.078	(139.492)	54.586
Imobilizado, líquido	5.527.281	(5.424.941)	102.340
Intangível, líquido	661.351	5.564.433	6.225.784

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") relativos às demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, assim como o relatório sobre a revisão das informações trimestrais referente ao período findo em 30 de setembro de 2017 não contêm ressalvas. A revisão do ITR referente ao período findo em 30 de setembro de 2017 foi realizada pela BDO RCS Auditores Independentes.

Os diretores informam que o relatório dos auditores independentes emitido pela EY sobre as demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 contém um parágrafo de ênfase descrevendo que, conforme mencionado na nota explicativa 2.2, em decorrência da adoção de nova prática contábil de registro dos ativos relacionados aos contratos de concessão regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95, os saldos dos ativos relacionados a tais contratos, anteriormente classificados no ativo imobilizado, foram também reclassificados em 31 de dezembro de 2014, para fins de comparação das demonstrações contábeis, conforme previsto no CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro).

Adicionalmente, os diretores informam que o relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2017 não contém parágrafo de ênfase.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que os Diretores da Companhia utilizem estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nas informações contábeis da Companhia.

A diretoria da Companhia entende que as premissas utilizadas pela Companhia são adequadas e estão alinhadas com as atividades realizadas pela Companhia, saneamento básico. Referidas premissas são revisadas e atualizadas por uma equipe técnica da Companhia que detêm conhecimento sobre as necessidades intrínsecas ao negócio da Companhia.

A diretoria da Companhia está ciente que os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas, entretanto, tais estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pelo corpo técnico da Companhia. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais premissas adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Poder Público Municipal, exceto para as Prefeituras que não estejam efetuando pagamento das contas vencidas, para que as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base em um prazo considerado como razoável, bem como nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Todos os investimentos realizados pela Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 fazem parte do Plano Plurianual de Investimentos, que prevê a aplicação em obras nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos referidos períodos.

Adicionalmente, a Companhia aprovou em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2016 o Processo de Planejamento Estratégico que engloba o Programa de Investimentos para o período de 2017 a 2020.

Investimentos previstos para o período de 2017 a 2021

Anos	R$ milhões
2017	1.082
2018	950
2019	800
2020	800
2021	800

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram investidos pela Companhia R$701,3 milhões no ativo imobilizado e intangível.

O Programa de Investimentos para os anos de 2017 a 2021 contempla recursos próprios e financiados, no valor estimado de R$4,4 bilhões. Com a aprovação de referido Programa de Investimentos a Companhia possui como principal objetivo prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população que utiliza de seus serviços.
Adicionalmente, a Companhia busca por meio de recursos próprios e financiados aprimorar as suas seguintes perspectivas:

Sustentabilidade – Buscar a Sustentabilidade Econômico-Financeira e Socioambiental por meio da realização de seu Programa de Investimentos.

Clientes – Manter e ampliar o mercado de atuação, bem como promover a universalização do saneamento ambiental por meio da elevação da satisfação dos clientes e do fortalecimento da imagem perante o mercado.

Processos – Investir no desenvolvimento institucional por meio do aprimoramento: (i) da eficiência dos processos; (ii) da excelência dos produtos e serviços; e (iii) do asseguramento da gestão ambiental.

Pessoas – Aprimorar a gestão do conhecimento dos clientes por meio da satisfação dos serviços prestados e pela atuação com responsabilidade socioambiental.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos relativos ao Plano Plurianual de Investimentos são oriundos de recursos próprios, bem como de terceiros, que a Administração pretende obter via contratação de novos financiamentos com instituições financeiras de fomento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Informamos que em 2014 a Sanepar e a empresa Cattalini S.A. constituíram a empresa CS Bioenergia S.A., sociedade na qual a Sanepar possui 40,0% do capital social e que tem como finalidade explorar e dar destinação final adequada a resíduos sólidos e orgânicos, bem como ao lodo produzido em estações de tratamento de esgoto, produção de biogás e geração de energia.

Além da participação acima e dos investimentos realizados em sistemas de saneamento básico no Estado do Paraná, não foram adquiridos quaisquer plantas equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente em sua capacidade de prestação de serviços.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui projetos para novos produtos e serviços em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas de desenvolvimento de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 a Companhia realizou os seguintes investimentos:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014

O total dos investimentos efetuados no imobilizado e no intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R$954,0 milhões, 21,2% maior do que o que foi investido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, quando investimos R$787,0 milhões. Estes investimentos refletem a ênfase dada ao planejamento das obras em cada um dos sistemas onde a Companhia atua. O recorde registrado na aplicação de recursos reforça a importância dos planos para a viabilização dos grandes projetos, necessários ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que escolhem a Sanepar como concessionária de água, de esgoto e de resíduos sólidos.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

O volume total de investimentos no imobilizado e no intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$795,1 milhões, 16,7% menor do que o que foi investido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, quando investimos R$954,0 milhões. Os investimentos refletem a ênfase dada ao planejamento das obras em cada um dos sistemas onde a Companhia atua. A aplicação de recursos reforça a importância dos planos para a viabilização dos grandes projetos, necessários ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que escolhem a Sanepar como concessionária de água, de esgoto e de resíduos sólidos.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016

O volume total de investimentos no imobilizado e no intangível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R$701,3 milhões, 11,8% menor do que o que foi investido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando a Companhia investiu R$795,1 milhões. Os investimentos refletem a ênfase dada ao planejamento das obras em cada um dos sistemas onde a Companhia atua. A aplicação de recursos reforça a importância dos planos para a viabilização dos grandes projetos, necessários ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que escolheram a Sanepar como concessionária de água, de esgoto e de resíduos sólidos.

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017

O volume total de investimentos no imobilizado e no intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi de R$508,7 milhões, 3,4% maior do que o que foi investido no imobilizado e no intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, quando investimos R$526,7 milhões. Os investimentos refletem a ênfase dada ao planejamento das obras em cada um dos sistemas onde a Companhia atua. A aplicação de recursos reforça a importância dos planos para a viabilização dos grandes projetos, necessários ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que escolhem a Sanepar como concessionária de água, de esgoto e de resíduos sólidos.